



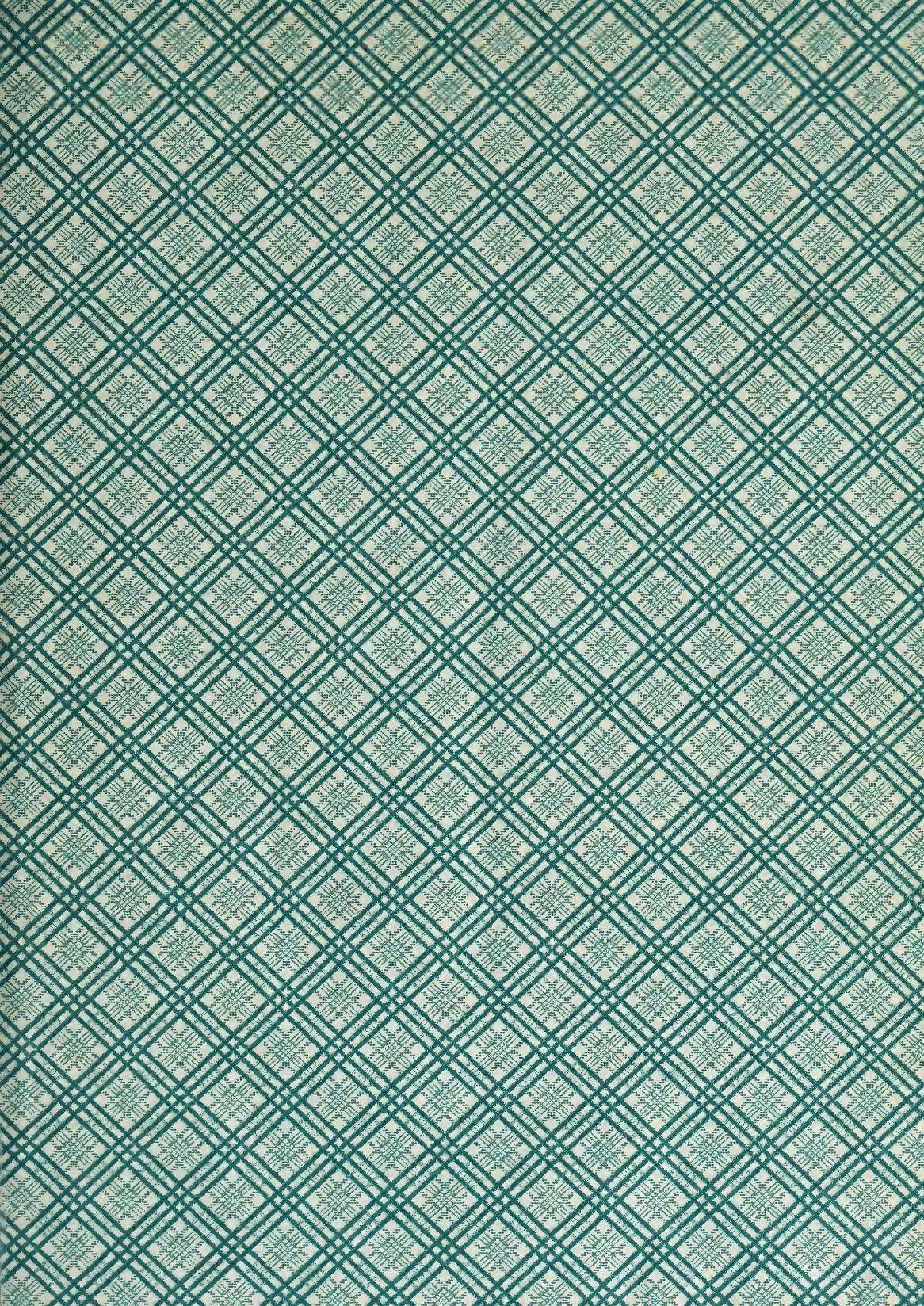


Est. 2

Prat. 6

Liv. 14











APONTAMENTOS

**ARCHEOLOGICOS.**

---

POR

DIOGO KOPKE,

*Capitão da 3.ª Secção do Exercito e Lente da Academia Polytechnica  
do Porto.*

---

PORTO - 1840.

TYPOGRAPHIA COMMERCIAL PORTUENSE:

*Largo de S. João Novo N.º 12.*





Digitized by the Internet Archive  
in 2016

<https://archive.org/details/apontamentosarch00kopk>



N.º 1.

---

*Sobre a Carta de Couto do Mosteiro de Tibães.*

---



Letter to the Hon. Secy of the Navy



TENDO encontrado, na pequena Collecção Diplomatica da Bibliotheca Publica Portuense, a “*Doação Original do Couto de Tibães pelo Conde D. Henrique e a Infanta D. Thereza*”, com alguns outros Documentos d’analogo assumpto, lembrou-nos examinar se já por alguém fôra esta Doação citada, e com que exactidão fôra indicada.

Na *Benedictina Lusitana*, de Fr. Leão de S. Thomaz, ( Coimbra, 1644, Tomo 1.º, pag. 381, ) encontramos as palavras seguintes: —

“ Na Doação do Couto de Tibães ... de 24 de Março da Era “ 1148 ... assignarão todos os Senhores de Portugal, e assignou “ tambem nosso Arcebispo de Toledo D. Bernardo, nomeando-se “ tambem por Autor da dita mercê ( porque assistia naquelle tem- “ po nas partes de Braga, para presidir á eleição de Arcebispo da “ mesma Igreja, que estava vaga por morte de S. Giraldo; não “ como Primáz (segundo querem Garivai e outros) senão como “ Legado, que era da Sé Apostolica.) A sua firma diz assim : “ = *Bernardus Toletanæ Ecclesiæ Archiepiscopus, et Sanctæ “ Romanæ Ecclesiæ Legatus, qui hujus operis adjutor bonus et “ author extiti, sub Dei gratia, et Legatione commissa, hoc “ munus ratum semper, et firmum manere præcipio, et præ- “ cipiendo confirmo.* = ”



Nas *Dissertações Chronologicas e Criticas*, do Snr. João Pedro Ribeiro ( cuja perda ainda pranteamos ), no Tomo 4.º Parte 1.ª, a pag. 155, achamos uma identica citação : —

“ Era 1148. 7. K. Aprilis

“ Ego Comes Domnus Henrricus, et uxor mea Ynfanta Dom-  
 “ na Tarasia Adetonsi Regis filia ... Ego Comes Henrricus una  
 “ cum uxore mea Infanta Domna Tarasia nostris manibus ... =  
 “ *Bernardus, Toletane sedis Archiepiscopus, et Sancte Roma-*  
 “ *ne Ecclesie legatus, qui hujus operis adjutor bonus, et Fauc-*  
 “ *tor extitit, sub Dei gratia et legatione commissa hoc munus*  
 “ *ratum semper, et firmum manere precipio, et precipiendo*  
 “ *confirmo.* = Duas cruces: e entre os braços da 1.ª = Henrricus  
 “ = e da 2.ª = Tarasia = Petrus Vimaranensis: Clerici Comitibus  
 “ notuit =

“ Carta de Couto, e Doação ao Mosteiro de Tibães: Cópia de Letra Franceza no Cartorio do mesmo Mosteiro, Gaveta de Jurisdicção “ e Privilegios N.º 1.”

E ainda no mesmo Tomo 4.º, Parte 1.ª a pag. 225, achamos outra referencia á Carta de Couto de Tibães : —

“ Na carta de Couto do Mosteiro de Tibães de VII. K. April. Era 1148, que se conserva no Cartorio do mesmo Mosteiro, depois de declarar o arredondamento do Couto, tem a seguinte clausula. = *Et omnia regalia nostra, quæ continentur infra terminos prenommatos, id est, Palatim, et illam Vazzenam de Cerradello, que jacet sub Villa Merlim, in litore Catavi, damus atque concedimus Sancto Martino de Tibianis, et Fratribus ibidem commorantibus.* =”

Mas qual foi nossa admiração, quando passando a cotejar estas citações com a Doação original (\*) achámos que nem a assignatura do Arcebispo D. Bernardo (que tanto o Snr. João Pedro Ribeiro como Fr. Leão de S. Thomaz nos appresentão), nem a clausula que em ultimo lugar mencionámos, existem nesse documento!

Da authenticidade da Carta de Doação do Couto de Tibães, que, conservada na Bibliotheca Publica Portuense, allegamos como

(\*) Veja-se adiante nosso Documento N. 1

original, não pode haver a minima duvida. Todos os signaes extrinsecos e intrinsecos do documento corroborão sua genuinidade ; mas ainda quando alguma objecção se nos fizera, responderamos com uma authoridade que a ninguem poderá ser suspeita. Este documento, e todos aquelles de analogo assumpto, que existem na Bibliotheca Publica Portuense, já forão julgados por um erudito Cartorario da Ordem Benedictina, em quem o espirito de corporação não pôde offuscar seu amor da verdade. Em sua letra (e seja-nos permitido occultar seu nome) ainda se conservão appensos a cada pergaminho os bilhetes que fizera, indicativos do theor do documento e da ordem que elles tinham no Cartorio a que pertencêrão. Adjunto á doação de que tratamos se lê “ *Gaveta — Jurisdicção e Privilegios — N.º 1. — Doação original e genuina do Couto de Tibães pelo Conde D. Henrique e a Infanta D. Thereza. 8vo. Kalendas Aprilis. Era 1148.* ”

E como para roborar a authoridade do documento que citamos, existe na mesma Collecção Diplomatica uma copia da mesma Doação, cujos signaes extrinsecos e intrinsecos dão clara evidencia desua authenticidade. Esta copia traz appenso o bilhete do referido Cartorario, do theor seguinte: “ *Gaveta — Jurisdicção e Privilegios — N.º 2 — Certidão authentica da Doação original do Couto de Tibães, passada na Era de 1372.* ” (\*)

Já poderamos dar por apocripha essa doação de 7. *Kalendas Aprilis* E. 1148. Mas as provas superabundão.

No decurso dos tempos achou-se que a doação não fôra assaz ampla: quiz-se incluir nos limites do couto a villa de Padim; o diploma logo appareceu. Consultemos nossa Collecção e ouçamos o juizo do sabio Cartorario: “ *Gaveta — Jurisdicção e Privilegios — N.º 32 — Doação Apocripha do Couto de Tibães, pois contem* “ a concessão da Villa de Palatim que se não acha no original. (\*\*) ”

E para que isto nos não admirasse quiz a fortuna conservarnos mais 3 Documentos, dos quaes dous são evidentemente apocriphos, e ao terceiro nenhuma fé diplomatica se pode dar. Annunciemos seu theor, com o treslado dos bilhetes que tinham no respectivo Cartorio:

1. Confirmação de Domingos Eannes na Igreja de S. Pelagio de Ancaens pelo Arcebispo de Braga D. Martinho. Anno de 1301.

(\*) E’ o documento que adiante damos com o N.º 2.

(\*\*) E’ nosso documento N.º 3.



Titulo dos Padroeiros compatronos; “ *Gaveta — Papeis das Igrejas — N.º 36 — Todos os signaes externos deste Documento mostram evidentemente sua falsidade.* ” (\*)

2. Confirmação, pelo Arcebispo de Braga D. Martinho, de Pedro Mendes na igreja de St.º Adrião de Padim, na qual fôra apresentado pelo Abbade e Mosteiro de Tibães. Anno 1293.

“ *Gaveta — Igrejas do Mosteiro — N.º 91. Todos os signaes externos deste documento provão evidentemente sua falsidade.* ” (\*\*)

3. Traslado d’uma Carta de Couto do Rio Cavado ao Mosteiro de Tibães, (dando-lhe o direito de pesca e barcagem,) que ostenta ter sido feita pelo Conde D. Henrique e a Snr.ª D. Thereza, em 5.º Kalendas Decembris, Era 1148. A data do Traslado é 20 de Junho de 1758. “ *Gaveta — Jurisdicção e Privilegios — N.º 59. Esta Doação contem clausulas tão singulares e expressadas com tanta affectação, que fazem duvidar da existencia do Pergaminho, donde se diz extrahida a Certidão; o qual não apparece no Cartorio.* ” (\*\*\*)

Notemos agora, 1.º que *illam Vazenam de Cerradelo que jacet sub villa Merlim in littore Catavi* — palavras citadas pelo Snr. João Pedro Ribeiro como existentes na carta do couto — referem-se a territorio que nem a doação original incluia nem essa mesma doação apocripa de que acabamos de fallar; 2.º : que o documento citado pelo Snr. João Pedro Ribeiro é posterior d’um dia á data da Doação genuina (\*\*\*\*); 3.º que esse mesmo documento citado occupava, no tempo que o illustre paleographo teve noticia delle, o mesmo lugar que no tempo do nosso Cartorario occupava a Doação original.

Em vista de tudo isto não podemos deixar de conceber suspeitas ( com a força de quasi convicção ) de que o Cartorio do Mosteiro Benedictino de Tibães encerrava mais um documento apocripo, forjado com o fim de alargar os limites de seu Couto, astutamente datado de um dia subsequente ao da doação genuina para fazer valer, em caso de necessidade, o principio da validade do feito subsequente, e finalmente substituida no Cartorio a essa Doação original.

(\*) Julgamos inutil dar copia deste Documento.

(\*\*) E’ nosso Documento N.º 5.

(\*\*\*) E’ nosso Documento N.º 6.

(\*\*\*\*) Em Fr. Leão de S. Thomaz ha mui provavelmente engano; o dia 24 de Março em nenhum modo pode quadrar a 7 ou 8 Kalendas Aprilis.

E' mui provavel que houve tempo em que todos estes documentos existissem simultaneamente no Cartorio, onde pessoas alheias á Ordem não terião ingresso familiar, e donde, em caso contencioso, se produzia o documento conveniente; nenhuma duvida porém ha que estes que formão parte da Collecção da Bibliotheca Publica Portuense forão ainda não ha muitos annos ( 1798 para cá de certo se attentarmos na epocha em que nosso Cartorario como tal serviu ) de lá abstrahidos. Onde elles se achavão quando forão encontrados por quem os reuniu á Bibliotheca Publica Portuense ( que encerra muito livro e Manuscripto de Tibães ) é cousa que ignoramos, e que todavia poderia lançar alguma luz sobre a materia.

Que Fr. Leão de S. Thomaz citasse de falso não admira; porque ou por má informação, dolo, connivencia, ou impericia, pouca fé merecem suas allegações de Pergaminhos referentes á sua Ordem. E não se julgue esta uma invidiosa accusação; partilhão-a com elle quasi todos os chronistas (\*) das Ordens Religiosas; e nella, por exemplo, inculparemos a D. Nicoláo de St.<sup>a</sup> Maria dos Conegos Regrantes, em nosso Apontamento seguinte.

Mas que se de tal forma enganasse o Patriarcha da Diplomatica Portugueza, causa maior surpresa. Que elle não se estribou na citação de Fr. Leão é claro, porque d'outra fórma não differira d'elle na substituição da palavra *fauactor* á de *author*. Que elle visse um Documento falso e como verdadeiro o citasse, é cousa que difficultosamente admittiremos. Confiar-se-hia elle por ventura em quem mal o informasse? E todavia somos informados que elle estivera em Tibães: mas não podemos deixar de notar que não encontramos em suas obras evidencia de tal visita, ou citados documentos que a este mosteiro pertencessem, senão em mui poucos casos. Dos Manuscriptos que deixára alguma cousa se poderá colher, se a elles houvera accesso; mas delles bem podemos dizer que, com elle, descêrão á *sepultura*.

Não daremos de mão a este assumpto sem declararmos do modo mais solemne, que não é de nossa intenção menoscabar o credito da corporação Benedictina, que a ninguem cedia em direitos de ser respeitada, por seus serviços prestados á patria, no adiantamento da civilisação e no progresso das luzes; em cujo seio sem-

---

(\*) Veão-se as *Observações de Diplomatica Portugueza* do Snr. João Pedro Ribeiro, pag. 64 e seguintes.




pre houve, e ainda hoje conhecemos, varões de esclarecido saber e conspicua virtude. Essas mesmas fabricações que allegamos, nascerão em doutrinas, louvaveis em suas tenções, embora mal assentadas em seus principios; porque os Benedictinos, em commum com a generalidade das mais Ordens Religiosas, se deixarão allucinar pelo principio paradoxico, de que era licito cometer um pequeno mal para fazer um grande bem, quando delle resultava a gloria de Deus, exhibida no augmento temporal de seus ministros e no esplendor do culto divino. Sirva isto, senão de desculpa ao feito, ao menos para extenuação do rigor da nossa censura.

Todayia, são estas reflexões para o moralista que não para o Paleographo a cujo cargo está o fornecimento dos alicerses para a historia. A verdade, nua e pura, é seu dominio, que sem ella a lição chamada do passado, não é ( como no caso da generalidade da Historia Portugueza ) senão um conto mais ou menos romantico. Neste ponto muito deve a nação ao illustrado Antiquario a quem tantas vezes temos mencionado no decurso deste Apontamento. Ao Snr. João Pedro Ribeiro, e ao critico e ordenador insigne o Snr. Antonio d'Almeida (\*) devemos o estranho facto, de que mais claro nos são patentes os tempos do berço da Monarchia, do que muitos reinados a nós mais proximos.

E' tempo porem de passarmos á allegação dos nossos documentos; e reservemos a exposição do stricto intento que tivemos em sua publicação para um futuro Apontamento, em que teremos colligido mais materia para o assento de nossas razões.

(\*) *Exame comparativo das Chronicas Portuguezas relativamente ao Governo do Snr. Conde D. Henrique &c.* no 11º Vol das Mem. da Acad.

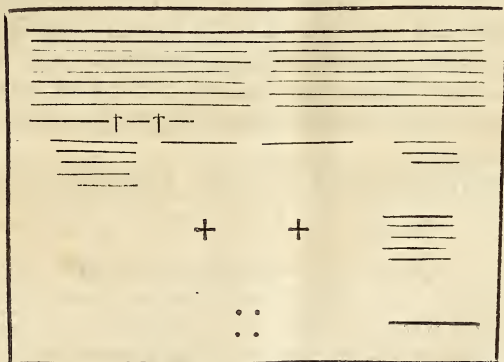
---

 Nas copias que ajuntamos dos Documentos que formão a materia destes apontamentos, escreveremos por extenso aquellas palavras em que o notario, segundo o estilo daquelles tempos, usou de abbreviaturas. Escreveremos pelo X aspado, o numeral romano X L. Conservaremos contudo alguma abbreviatura, ou particular notação, todas as vezes que assim o julgarmos conveniente para intento de alguma indicação especial. O signal [.....] indicará que na copia omittimos palavras de mera formula, d'aquellas a que hoje em dia chamariamos *tabellians*, das quaes todavia conservamos sufficientes para dar cabal idéa do estilo. Pelo signal ? exprimiremos duvida nossa na leitura de letra ou palavra que encerraremos entre parentheses ( ). A reticencia simples ..... apontará no documento falhas que tornão impossivel sua incontrouersa leitura.

---

## DOCUMENTO N.º 1

[ Pergaminho de  $2\frac{1}{2}$  palmos d'alto ; e 2 palmos de largo. Letra Gothica. Quando se fez uso desta folha de pergaminho já sua dobra habitual era ao meio em sentido vertical, ou já se achava cosida em livro (como em algum tempo de certo esteve, que o indicão varios *pontos* no lugar da dobra) ; sobre esta dobra não escreveu o notario. O Documento, pelos buracos que nelle se veem n'uma dobra feita em sua extremidade inferior, indica ter tido sêllo pendente. \* Em algum tempo andou tambem dobrado em 16 compartimentos, dos quaes os dous externos se achão denegridos do uso. Em um destes compartimentos se lê, em letra mais moderna do que a doação, isto é, em letra Francêza, as palavras = *Cautum de villa paladim* = No alto do Pergaminho, tambem da parte de fóra, se lê = *Jurisdicção n.º 1* = em letra de tempos não distantes dos nossos. Ha mais nas costas uma advertencia sobre o erro da copia da Torre do Tombo, que traz a Era de 1118 (segundo Fr. Leão de S. Thomaz.) A Apparencia geral do Documento é a seguinte,



“ In nomine Patris et Filii et Spiritus Sancti. Ego Comes Dominus Henricus et uxor mea Infante Domna Tarcisa Alfonsi Regis filia, placuit nobis ut faceremus, sicut et facimus, cautum sicut et terminum ad Monasterium Sancti Martini de Tibianes, et facimus illum cautum et terminum pro amorem Domini nostri Jesu Christi, et ut mercedem

\* Não se me esconde o que diz o Snr. J. Pedro Ribeiro, *Observações de Dipl.* a pag. 143: “ A epoca dos Sellos pendentes se não póde ainda com certeza fixar no reinado do Snr. D Affonso Henriques ”; (veja-se todo o Artigo V. da Observação X); nem o que diz o Snr Fr. Joaquim de S.<sup>to</sup> Agostinho a pag. 338, nota (b) do Tomo V. das Mem. de Litt. Portug.



habeamus inde ante Deum Omnipotentem in diem Iudicii, et ut servi Dei qui ibi habitant vel habitaverint memoriam nostram semper habeant in missas et in psalmis et in tota opera que ad Deum pertinent, et pro vobis Petro Pelaiz et Menendo Pelaiz et Pelagio Pelaiz, qui nobis semper servitium fecistis et facitis cum fide et veritate. Et facimus per terminum quod nobis placet et directum est, per terminum quomodo dividet Palatium cum Vilarino, et inde per terminum de Ulgoso, et inde quomodo dividet Tibianes cum Martim, et inde per terminum de Kabreiros, et venit per terminum de Sameli, et inde quomodo dividit Parada cum Furozos, et inde per Cernato, et inde per Ganderela, et inde ad illam fontem de Sancto Petro de Merlim, et inde a Castro Malo, et inde per illam carrariam antiquam et fer in Moquoromi, et inde per illum flumen de Cadavo, et fer in illa foz de Gesmondi. Hec est terminatio Monasterii Sancti Martini de Tibianes, quam facimus nos supra nominati, ita ut de hodie die vel tempore sedeat ipsum terminum sive coutum de juri nostro abraso et in vestro jure vel dominio ad illum Monasterium traditum. Siquis de hodie die et tempore aliquis homo, rex aut comes, potestas vel non potestas, hunc factum nostrum infringire voluerit, in primis sedeat excommunicatus et anatematizatus, et cum Juda traditore habeat participium, et pariat post parte ipsius Monasterii aut qui voce ejus tenuerit xii. milia solidos et vi. milia auri talenta, et hunc factum nostrum firmiter permaneat. Facta est agnitio et divisio atque inventario viiiº kalendas Aprilis. Era MCXLVIII. Ego Comes Henricus, una cum uxori mee Infante Donna Tarasia manus nostras confirmamus atque roboramus —†————†—

Sub Christi nomine Nunus Abbas monasterii Tibianensis, quos vidi et conf.



(\*)



(\*) [Entre os braços da 1.ª cruz: *Henricus*; entre os da 2.ª: *Tarasia*.]

Pro ts.	Menendo Venegas continens Sancte Cruce	conf.
Petro ts.	Gomz Nuniz continens Sancti Christophori	conf.
Pelagio ts.	Egas Moniz continens Sancti Martini	conf.
Gunzalvo ts.	Egas Gonsendiz continens Baiam, quos vidi et	conf.
Godino ts.	Plagio Suariz continens Amaia, quos vidi et	conf.
	Fafla Luz continens Lanioso, quos vidi et	conf.
	Egas Pelaz continens Burio, quos vidi et	conf.
	Gomz Venegas continens Penela, quos vidi et	conf.

Petrus Vimaranensi clerici comiti. NT.”

## DOCUMENTO N.º 2.

[Pergaminho de  $1\frac{1}{2}$  palmo d'alto, e outro tanto menos 2 pollegadas de largo. Letra francêza cursiva daquelles tempos. Foi o Documento lavado em tempos posteriores com alguma preparação que ainda hoje facilita sua leitura. Traz nas costas = Jurisdicção n.º 2 =; e mais, em letra do 17º-18º seculo, o apontamento seguinte;

“Treslado authenticco em publico do Couto de Tibães, o qual treslado “mandou tirar no tempo d’ElRei D. Dinis o Abbade desse Mosteiro “de Tibães D. Affonso Pêz, Anno de 1372; mas o privilegio do dito “Couto deu o Conde D. Henrique no anno de 1118, e está o *proprio* “em pergaminho dentro no Livro de pergaminho branco, onde a fol. 2 “está também *tresludado em papel* por Escrivão authenticco.”]

“Conhoçuda cousa seia que en presença de mim Domingos Perez Tablliom de nosso Senhor ElRey no Couto de Tivhães, e das testemunhas que adeant soim escriptas, Dom Affonso Perez Abbade do Mõn. de Tivhaës, estando perant Stevã Andre Juiz do Couto de Tivhães que sya em Concelho ouvindo os preytos, disse que nosso Senhor ElRey mandára a todos ..... esteyros e Eygrejas do seu Reino que amostrassem per que aviam os Coutos e as onrras dos ditos Mesteyros e Eygrejas. E logo em esta presença o dicto Abbade amostrou huma Carta perante o dicto Juiz, e per mim Tablliom leer fez. Da qual carta o theor de vervo a vervo tal he.”

[Segue-se uma mui correcta copia (afóra uma ou outra letra de forma duvidosa) da Carta de Couto original. (Doc.º n.º 1) Omittiu o Tabellião as duas cruces no “Roboramus”, e os dous Rodados.]

“A qual carta amostrada e perleuda per mim dicto Tablliom, o dicto Abbade disse ao dicto Juiz que se temia daugua ou de ffoço e dautras cousas muytas que açaecem aos homêes, e que desse sa autoridade a mim dicto Tablliom treslesse a dicta carta e posesse em ela o meu sinal. E o dicto Juyz veendo que o dicto Abbade pedia bem e direito, e porque o Concelho do Couto de Tivhães nom avia seelo proprio, mandou a mim Tablliom que escrevesse a dita carta e posesse em ela o meu sinal en testimonho da verdade. Efecto foy este traslado da dicta carta no loguar que chamam Penelas Couto de Tivhaës, trynta dias de Janeyro, Era de Mill e trezentos e satêeta e dous anos. Testemonhas que presentes foram. Pero Martynz Alcaide (Paide)? Martim Anne; dicto Bacheler, Joham Dominguez, clerigos do coro de Bragaa. Domingos da Senrra, Pero Dominguez, en Parada Couto de Tivhães. Stevam Dominguez, tendeiro, Marcos Dominguez, moradores em Bragaa e outros. E eu Domingos Peres, tablliom de susso dicto, a rogo do dicto Abbade, e mandado do dicto Juiz, este traslado de Carta com minha mñao propria escrevi e en ela meu sinal pugi que tal he.

(\*) en testimonho da verdade.”

(\*) Lugar do Signal Publico do Tabellião.



## DOCUMENTO N.º 3,

[ Pergaminho de 2 palmos de largo , e pouco mais de 1 palmo d' alto. A materia foi mal preparada , e appresenta grandes mazellas e buracos. A letra é Gothica , pouco firme — evidentemente imitação ; offerecendo muita letra emendada , depois de errada. O *s* e o *r* minusculos se confundem. O falsario deixou um espaço , na Confirmação do *Nunus Abbas*, entre *tibianensis* e *quos vidi*, — porque assim o via na Doação Original; não reflectindo que no pergaminho que usava não havia a dobra que a isso obrigou na primeira. Na confirmação de *Egas Gondesindiz* omittiu o *quos vidi*, por não lhe caber bem entre a antecedente palavra e o *confirmo*. Por causa d'espço abbreviou o mais que pôde os *continens*.

Nas costas do Documento lê-se em letra moderna = N.º 1. = e na dobra de fóra ( dos 16 compartimentos em que foi dobrado ) escreveu a mesma mão que outro tanto fizera na Doação Original : *Cautum de villa paladin*. Segue se em letra mais moderna = *Agora está este Couto de Padim todo posto em junto ao Couto de Tybães conforme o foral.* =

Annexo ao pergaminho anda uma Copia em papel que se intitula : “ Copia da 2.<sup>a</sup> Doação do Couto de Tibães.”

Uma só differença notavel offerece este Documento quando comparado em seu theor com a Doação authentica. O que se queria era incluir *Palatim* nos termos do Couto ; para este fim interpolárão-se no theor da Carta original , logo depois da palavra *Palatim*, os vocabnlos “ *quem a vobis damus* ” — e ahi ficou *Paludim* incluso no Couto do Mosteiro de Tibães !]

“ In nomine Patris et Filii et Spiritus Sancti. Ego Comes Domnus Henricus et uxor mea Infante Domna Thareisa Alfonsi Regis filia , placuit nobis ut faceremus sicut et facinus cautum sicut et terminum ad Monasterium Sancti Martini de Tibianes, et facinus illum cautum et terminum pro amore Domini nostri Jesu Christi , et ut mercedem habeamus inde ante Dominum Omnipotentem in diem iudicii, et ut servi Dei qui ibi habitant vel habitaverint memoriam nostramsempre habeant in tota opera sancta que ad Deum pertinent , et pro vobis Petro Pelaiz , et Minindo Pelaiz , et Pelagio Pelaz , qui nobis semper servitium fecistis et facitis cum fide et veritate. Et facinus per terminum quod nobis placet et directum est, quomodo dividit ipsa villa de Palatim *quem a vobis damus* cum Villarino, et inde per terminum de Oligoso, et inde quomodo dividit Tibianes cum Martim , et inde per terminum de Cabreiros , et venit per terminum de Sameli, et inde quomodo dividit Parada cum Forosos, et inde per Cernado, et inde per Ganderela, et inde ad illa fonte de Sancto Petro de Merlim, et inde ad Kastro Malo , et inde per illam carrariam antiquam et fer in Mochoromi, et inde per illum flumen de Ca'avo, et fer in illafoce de Germondi. Hec est terminatio Monasterii Sancti Martini de Tibianes que facinus nos supra nominati, ita ut de hodie die vel tempore sedeat ipsum terminum sive

cautum de jure nostro abrasum, et in vestro jure vel dominio ad illum monasterium traditum atque confirmatum. Siquis de hodie die vel tempore aliquis homo, rex aut comes, potestas vel non potestas, hunc factum nostrum infringere voluerit, in primis sedeat excommunicatus et anathematizatus, et cum Juda traditore habeat participium et pariat post parte ipsius monasterii aut qui voce ejus tenuerit xii.<sup>os</sup> milia solidos et vi. milia auri talenta, et hunc factum nostrum firmiter permaneat. Facta est agnitio et divisio atque inventario, viii<sup>o</sup> kalendas Aprilis. Era MCXLVIII.

Ego Comes Henricus una cum uxori mee Infante Domna Tharasia, manus nostras confirmamus atque roboramus —† ————— †—

Sub Christi nomine Nunus Abbas monasterii Tibianensis quos vidi confirmo



(\*)



(\*) [Entre os braços da 1.<sup>a</sup> cruz; *Henricus*: entre os da 2.<sup>a</sup>; *Tharasia*.]

Pro testes.	Minindo Venegas continens Sancte Cruce confirmo.
Petro testes.	Gomizo Nuniz continens Scto Christofori confirmo.
Pelagio testes.	Egas Moniz continens Scti Martini confirmo.
Gunzalvo testes.	
Godino testes.	Egas Gondesendiz continens Baiam confirmo.
	Pelagio Suariz continens Amaia quos vidi confirmo.
	Fafla Luz continens Lanioso quos vidi confirmo.
	Egas Pelaiz continens Burio quos vidi confirmo.
	Gomiz Venegas continens Penella quos vidi confirmo.

Petrus Vimaransenſis: erici comiti nſt.

## DOCUMENTO N.º 4.

[Falsificação mais impudente não se póde imaginar. Pergaminho 1½ palmo de largo, mais de 1 palmo d'alto; duro, negro, mal preparado. Letra francêza cursiva, exquisita, e vaccillante; ás vêzes pintada. Riscado o pergaminho a pena de lapis que sahe quando se lhe applica a gomma elastica. Systema d'abbreviaturas irregularissimo.

Tanto este Documento, como seu irmão gêmeo, ( vide pag. 5. no fim ) trazem *sello pendente* que nos parece *authentic*. Sua forma é oval, e appresenta em nicho d'ogiva um Bispo com o baculo na esquerda, dando a benção com a direita; superiormente a este nicho outro mais pequeno em que julgamos perceber um menino assentado. Na orla do sêllo a legenda seguinte ( em letras Capitaes Gothicas ) que mal se leem: *Martin. Dei. Gra. Archiepi. Brachare*. A materia do sêllo é cera preta. O nastro que liga o sêllo ao pergaminho é estreito, e branco com um risco vermelho pelo meio abaixo.

*Authentic* pergaminho lhe chamou alguém que delle fêz a copia que lhe anda annexa]



“Martinus Dei miseratione Ecclesiæ Bracharensis Archiepiscopus, omnibus Parochianis Ecclesiæ Sancti Adriani de Padim in terra Bracharensi, et omnibus aliis, qui eidem Ecclesiæ in aliquo tenentur, Salutem et benedictionem. Noveritis quod vacante ipsa Ecclesia per renunciacionem in manibus nostris factam a Johanne Annes ultimi ipsius Ecclesiæ rectoris per modum permutationis cum Petro Meendes rectoris Sancti Mamantis de Bostello in terra de Gestaço nostræ Diocesis pro dicta sua Ecclesia absque ulla Simonia labe, dolo, pacto, vel illicita conventionione inter ipsos precedente, superque ab iisdem ad Sancta Dei Evangelia in forma Ecclesiæ consueta accepimus juramentum. Nos ad presentationes Religiosorum virorum Abbatis et Conventus Monasterii Sancti Martini de Tibianes, Ordinis Sancti Benedicti, nostræ Diocesis, dictum Petrum Meendes confirmavimus, et instituimus in Rectorem ipsius Ecclesiæ Sancti Adriani, sibi curam et regimen ejusdem Ecclesiæ in spiritualibus et temporalibus plenarie committendo. Ipse autem coram nobis ad Sancta Dei Evangelia corporale præstitit juramentum quod nobis et successoribus nostris canonice intransibis obedientiam et reverentiam debitas exhibebit, et nostræ Ecclesiæ Bracharensi solvet integre jura sua, et quod bona ipsius Ecclesiæ bene et fideliter precavit, et alienata pro viribus deposcet, et quod ea non implazabit, non alienavit, non ab eadem alicui prestimonium assignabit sine nostra autoritate vel Ecclesiæ nostræ Bracharensis. Quare vobis in virtute obedientiæ precipiendo mandamus quatenus eidem Petro Meendes cum omnibus decimis premitiis et cum omnibus Ecclesiæ suæ juribus respondeatis integre et complete et ab aliis quantum in vobis fuerit responderi faceatis, et eidem tanquam Rectori vestro obediatis in omnibus licitis et honestis. Alias sententias suas quas ipse rite tulerit in rebellos, nos et Ecclesia Bracharensis ratas habebimus atque firmas et eas usque ad condignam satisfactionem faciemus auctore Domino inviolabiter observari. In cujus rei testimoniis has nostras presentes literas fieri mandamus et sigili nostri munimine communiri. Dat Brachare, die vigesima tertia Novembri. Anno a Nativitate Domini M. CC. LXLIII. Fernandes Peres fecit.

Nos Archiepiscopus vidimus. ”

---

DOCUMENTO N.º 5.

---

[Pode uma Lei declarar valiosa em Juizo uma Cópia tal como este Documento, mas não ha ahi força d'Imperante que seja capaz de conferir-lhe *authenticidade Diplomatica*.

Toda a fé deste Documento se estriba na autoridade d'um Amannense de Tabellião, que ( na idéa deste, ) sabia ou antes, *escrevia* Latim !

Os *concertos* da copia com o Original podem imaginar-se quaes fossem.

O Documento em Latim que encerra, é uma imitação, até onde se

julgo possível, da Doação Original. Em quanto não apparecer o Pergaminho autographo nenhum Diplomata accreditará em tal copia.]

“Diz o P.<sup>e</sup> Fr. Bento de S. Luiz, Procurador Geral da Congregação de S. Bento nesta Curia Bracarense, que conseguindo a dita Religião de S. M.<sup>e</sup> F.<sup>ma</sup> que Santa Gloria tem a Provisão copiada no documento incluzo para qualquer escrivão lhe poder trasladar os documentos dos Cartorios della concertados por outro na presença de qualquer ministro tivessem a validade dos Originarios, necessita de que VM.<sup>ce</sup> lhe nomeie escrivão perito que lhe treslade as doações do que trata o mesmo documento, e que seja o dito treslado concertado por outrem e conferido na presença de VM.<sup>ce</sup> para sua validade na forma da dita provisão.

A João Francisco de Oliveira  
( Almeida )

P. a VM.<sup>ce</sup> se digne nomear-lhe escrivão para o dito treslado como para o concerto, e mandar que a conferencia seja feita na sua presença, assinando-lhe o dito Documento para a todo tempo constar da sua validade na forma da dita provisão.

E. R.<sup>o</sup> M.<sup>cê</sup>

Em cumprimento do despacho retró do D.<sup>or</sup> Francisco José de Carvalho e Almeida, Ouvidor e Provedor nesta Corte, muito nobre e sempre leal cidade de Braga e seu termo (e Geral nos Coutos)? da Jurisdição de sua Mitra Primacial por Sua Ex.<sup>ia</sup> Rev.<sup>ma</sup> Sede-vacante Primas &<sup>a</sup> Certifico e faço certo eu João Francisco de Oliveira, Tabellião Publico de Notas e Escrivão do Judicial nesta mesma Côrte Cidade de Braga e seu termo, pelo mesmo Ex.<sup>mo</sup> e Rev.<sup>mo</sup> Sñr D. Fr. Aleixo de Miranda, e Gov.<sup>or</sup> Vig.<sup>o</sup> Cap.<sup>ar</sup> desta mesma Cidade e seu Arcebispado in Sede-vacante Primaz &<sup>a</sup> que eu fuy á presença do mesmo Doutor Ouvidor em virtude de seu Despacho retró, e ali pelo R.<sup>mo</sup> Padre Procurador Geral da Congregação de S. Bento do Mosteiro de S. Martinho de Tibaães, me foi apresentado uma Provisão Real do Sñr. Rei D. João 5.<sup>o</sup>, que a sua Congregação alcançára do mesmo Real Senhor para que um Tabelião publico e perito lhe tresladasse os documentos do seu Cartorio, e tivessem a mesma validade que os originaes sendo concertados por outro Escrivão na presença de um ministro, a qual Provisão ao diante irá copiada. E outro sy pelo mesmo Rev.<sup>do</sup> P.<sup>e</sup> Proc.<sup>or</sup> Geral logo me foi presentada huma doacção antiga que o Ex.<sup>mo</sup> S.<sup>or</sup>\* Conde D. Henrique e sua mulher a Serenissima Senhora Infanta Dona Tharasia fizeram ao dito seu Mosteiro de Tibaães, a respeito da Pescaria do Rio Cadavo e seu Bar-

(\*) A pericia do tal Tabellião é aqui claramente indicada.



co, a qual he escripta em um pergaminho grande e em lingua latina por letra antiga que ainda se lê, requerendo me lh'a trasladasse com a dita provisão, para se conferir e concertar na presença do mesmo D.<sup>r</sup> Ouvidor, para na forma da mesma Provisão se lhe dar inteira fé e credito em juizo e fora d'elle como a original; e o theor e forma da dita doação e provisão *de verbo ad verbum* é o seguinte:

In nomine Patris et Filii et Spiritus Sancti. Ego Comes Domnus Henriques et uxor mea Infanta Domna Tarasia Alfonsi Regis filia, placuit nobis ut faceremus sicut et fecimus Cautum et terminum ad Monasterium Sancti Martini de Tibiens pro amore Domini nostri Jezus Christi, et ut mercedem inde haberemus ante Deum Omnipotentem in diem Judicii, et ut servi Domini qui ibi habitant vel habitaverint in missis et in psalmis et in magnis jejuniis suis et in toto opere, quod ad Deum pertinet, nostram semper memoriam habeant; nunc autem placuit nobis ut faceremus sicut et facimus cautum et terminum in flumine de Cadavo, ad piscationem ipsi monasterio Sancti Martini de Tibianes et fratribus qui ibi habitant vel habitaverint ut bene possint satisfacere cum jejuniis suis, et etiam pro remedio animarum nostrarum. Et facimus ipsum cautum ad piscationem per totum flumen de Cadavo per totam suam latitudinem et carreriam, per terminos qui nobis placent, a loco de Mocoromi usque ad fozium de Gesmondi, et in toto ipso termino solum ipsum Monasterium et fratres qui in illo habitant vel habitaverint pisces piscaverint et nemo aliter, et solum ipsi fratres barca[m] habebunt ad piscandum et ad viantes portando. Et istam terminationem quam facimus ipsi monasterio Sancti Martini de Tibianes, nos supra dicti nominati ita facimus et regalia nostra, piscationem et barca[m], quæ in ipso flumine habemus prædicto Monasterio damus et concedimus, ut de hodie die vel tempore sedeat de jure nostro abrasus et in vestro jure atque dominio ad illum Monasterium traditus. Et si quis homo tam potens quam impotens vel Rex etiam qui hujus terræ imperium obtinuerit ab hac die in antea hoc factum nostrum infringere voluerit, et in terminis supradicto piscationem facere et barca[m] habere, in primis sit excommunicatus et anathematizatus et cum Juda Domini traditore habeat participio, et pareat pro parte prefacti monasterii aut qui ejus vocem tenuerit decem mille libras auri, et hoc factum nostrum ratum semper et firmum permaneat. Factum cautum simul, et terminum ad piscationem, Quinto Chalendas Decembris, era *de mil cento e quarenta e oito*. Ego comes Henricus una cum uxore mea Infanta Domna Tharasia, nostris manibus confirmamus et roboramus. = Henricus = Tharasia = Nunus Tibianensis Cenobii Dei Gratia Abbas, quod vidi = confirmat. Menendo Venegas continens Castellum Sanctæ Crucis = confirmat. Gomice Monis continens Sancti Christofori confirmat = Egas Monis continens + Bayam + inquam continens Sancti Martini confirmat = Egas Gondisindes continens Bayam, confirmat = Pelagius Soaris continens Amayam, confirmat = Fasila Lusi, continens Laginoso confirmat = Egas Pelaus continens Burio, confirmat = Gomice Venegas continens Penelam confirmat = Protestes, Petrus, Pelagius, Gondisalvus, Gudinus, testes. Petrus Vimiariensis Clerici Comitibus actor. E. M. C. XVIII =

E não se continha mais na dita doção escripta no dito Pergaminho de letra antiga, sem vicio, entrelinha, nem emenda alguma que tudo com distincção se podia ler, e tudo está na forma que neste tres-

lado se conthem , e no fim da dita doção no dito pergaminho da parte direita estavam em carreira todos os que a confirmarão huns atraz dos outros, e da parte esquerda estavam da mesma sorte as testemunhas, e no meio o nome do D. Abbade, e logo abaixo o nome do Clerigo que a fêz, e ultimamente os nomes dos Doadores, a saber o do Senhor Conde Henrique da parte esquerda, e o da Snr.<sup>a</sup> Infanta Dona Tharesia da parte direita cada um delles escriptos em virtude, digo em circuito de cada sua Cruz: e logo se segue a Provisão a principio referida cujo theor della *de verbo ad verbum* hé o seguinte. ”

[Segue-se a Provisão que julgamos escusado copiar. E’ datada=Lisboa 16 de Nov.<sup>o</sup> de 1744. = Por resolução de S. M.de 3 d’Out.<sup>o</sup> de 1744]

“ A qual Provisão se acha registada no Livro da Camara da Cidade do Porto no Livro Nono della a folhas 433 por João de Araujo , que disso fêz assento e verba de que dou feé. E não continha mais a dita Doacção e Provisão que eu sobredito Tabellião João Francisco de Oliveira, bem e fielmente *por pessoa fiel e de minha confiança que escreve Latim, fiz trasladar* das proprias que tornei a entregar ao dito Reverendissimo ” &<sup>a</sup> &<sup>a</sup> “ Braga aos 20 de Junho de 1758 ”

[Assignão o Ministro e Tabellião referidos , e o Tabellião João de Barros (Per.<sup>a</sup> ?) Na ultima pagina lê-se = “ R.<sup>e</sup> os pro-  
“ prios. Braga , 27 de Junho de 1758 = Fr. Bento de S. Luiz,  
“ Procurador Geral da Congregação de S. Bento na Curia  
“ Bracharense. ” = ]







N.º 2.

---

*Sobre uma Doação do Condado de Reffoios de Lima pelo  
Snr. D. Affonso Henriques, e o ROTULO CARTULARIO do Con-  
vento dos Conegos Regrantes de S.<sup>to</sup> Agostinho do mesmo lugar.*

---





Os dous documentos, que formão o assumpto do presente Apon-  
tamento, pertencêrão outr'ora ao (hoje extincto) Convento de Reffoi-  
os de Lima, dos Conegos Regrantes de Santo Agostinho, e  
existem actualmente no Archivo da Administração Geral do Dis-  
tricto de Vianna do Minho, onde os vimos em 1839, e onde nos  
forão patenteados pelo Snr. Antonio de Almeida Vasconcellos  
Castel-branco, então Administrador Geral, com aquella franqueza  
que characterisa o cavalheiro, e o cidadão illustrado, cuja bem  
assentada instrucção lhe indica que a verdadeira utilidade dos co-  
nhecimentos scientificos resulta de sua divulgação pela mais ex-  
tensa esphera possivel.

Um e outro documento forão manuseados pelo Snr. João  
Pedro Ribeiro, em seu exame dos Cartorios do Reino, e são indi-  
cados e citados em varios lugares de suas Obras.

O 1.º Documento (ao qual appropriaremos a letra A) repre-  
senta ser uma Doação do Condado de Reffoios pelo Snr D. Affonso  
Henriques a Mendo Affonso. E' datado: *Idus Magii E. MCLXVI*;  
isto é: 15 de Maio do Anno do Nascimento 1128; tempo em  
que, segundo toda a evidencia historica, ainda este Principe não  
tinha desapossado sua mãe a Snr.<sup>a</sup> D. Theresa da regencia.

Sobre a validade deste Documento, (seja-nos permittido dizê-lo,  
com toda a submissão aos avultados conhecimentos do illustre



Diplomata que citamos,) não nos parece que elle tivéra idéas perfeitamente assentes.

Em suas *Observações de Diplomatica Portugueza*, a pag. 27, lemos o seguinte, que vemos corroborado a pag. 82:

“ No Cartorio do Mosteiro de Reffoios de Lima.....  
 “ o mais antigo *original* é a doação R. do Senhor D. Affonso  
 “ Henriques do Condado de Reffoios a Mendo Affonso nos Idos  
 “ de Maio da Era de 1166, e por tanto antes de ter despojado  
 “ sua mãe do Governo. Todas as mais Doações Reaes ....  
 “ são meras copias, ainda que antigas.”

Em o Tomo 2.º, de suas *Dissertações Chronologicas e Criticas*, a pag. 214, encontramos um apontamento correctivo da passagem que acabamos de citar:

“ Em quanto chamo *original* á Doação dos Idos de Maio da  
 “ Era de 1166 .....só pertendo dizer, que ella apparece com  
 “ essa figura e *não de copia*, como outras do mesmo Cartorio,  
 “ .....pois a mesma razão de se dizer expedida antes de Ju-  
 “ nho daquella era, pelo Snr. D. Affonso, é mais que sufficiente  
 “ para a fazer suspeita até pela sua correlação com outros me-  
 “ nos genuinos do mesmo Cartorio.” (\*)

No tomo 3.º da mesma Obra, a pag. 80 e 91, n.º 237 e 267, achamos esta mesma doação qualificada de

..... “ *copia* sem authencidade.”

E na ultima citada pagina 91, lemos uma nota do theor seguinte:

“ Esta Doação só poderia dizer-se feita como particular,  
 “ ou talvez ja formando partido para desapossar do governo sua  
 “ mãe; mas ella é uma mera *copia* sem authencidade..... Po-  
 “ de bem ser que não valha mais que a de Junho Era 1178,  
 “ que a esta se refere. (\*\*)”

De tudo isto se colhe que o Snr. João Pedro Ribeiro considerou o Documento *original* em quanto attentou em seus signaes extrinsecos; mas vacillou em esta sua opinião quando reflectiu no seu theor — nos seus signaes intrinsecos.

Mas dar-nos-hão, por ventura, estes ultimos authoridade sufficiente para pôr de parte a evidencia decisiva dos primeiros?

(\*) São os Documentos n.º 28, 29, 30 da nossa serie B.

(\*\*) Esta Doação da Era 1178 é o documento que na serie B denominamos N.º 29. Duvida-se que se refira á Doação de *Idus Magii* 1166; mas desta objecção teremos adiante de tratar.

Dúvidamos ; porque não hesitaremos em affirmar que a inspecção e exame ocular do Documento dão fé de sua coetaneidade , que difficilmente haverá paleographo que a conteste. E' verdade que o Documento não appresenta todas aquellas formalidades que lhe poderão dar força *legal*, digamos assim ; mas não poderão as mui especiaes circumstancias em que fôra lavrado, apontar as causas e salvar a increpação de alguma irregularidade ?

A batalha de S. Mamede, junto a Guimarães, em que vencidos D. Thereza e o Conde de Trastamara, corroborou o Snr. D. Affonso Henriques suas pertensões á gerencia dos negocios do estado, e desde quando ficou sendo independente *de facto* de sua mãe, teve lugar a 24 de Junho de 1128 P. C. E' claro que antes deste acto de hostilidade, (que por ser batalha campal indica *prevenção* da parte da Snr.<sup>a</sup> D. Thereza) houve do lado do Infante uma *declaração*. Se concedermos que esta declaração de independencia têve lugar 41 dias antes da batalha, não deveremos admirar-nos se durante este espaço fizesse o Principe doações, quando já se considerava, de direito, senhor dos estados de seu pae; e não sómente não nos deveremos admirar, mas devemos mesmo suppor que taes fizesse, ou para galardoar serviços já prestados em seu favor, ou para granjear o zelo de seus partidarios. Ainda mais: supponhamos que no citado 15 de Maio o principe ainda se não houvêra *declarado* contra sua mãe: é todavia mais que provavel que em sua mente existisse a tenção de sacudir seu jugo e de anniquilar a já pezada influencia do forasteiro Trastamara. Onde está pois a incompatibilidade historica de se acharem doações passadas antes que o doador se achasse em effectiva posse do poder a que aspirava? Quantos exemplos destas doações *promissorias* não appresenta a historia? Quanto não induziria a ellas a situação peculiar do Infante (\*)?

Attentemos agora nos *signaes externos* do Documento. Escripto em uma tira de pergaminho de 4 dedos d'alto e couza de um palmo de largo, sem signal publico, ou outra confirmação manual e formal do Doador, parece este documento, *cujá materia, estilo e character de letra são perfeitamente coetaneos*, mais una lembrança (por assim dizer) de doacção que deveria realisar-se em epocha futura, e mesmo por serviços que se esperavão (*bono servicio quod mihi facies*), do que já uma effectiva carta exarada

(\*) Isto mesmo não deixou de sentir o Snr. João Pedro Ribeiro, como se collige da ultima passagem que de suas Obras citamos.



em tempo de socego com todo o apparato de formas legaes. Debaixo deste aspecto, embora lhe neguemos a authencidade como diploma de valioso effeito, não podemos coarctar-lhe o coetaneidade que a data lhe ascreve.

Que destas doações fizera o Infante antes de desapossar sua mãe da regencia, o mesmo Snr. João Pedro Ribeiro reconheceu, citando a pag. 91 do 3.º Tomo uma Doação do Snr. D. Affonso Henriques, que se lê a pag. 351 do *Elucidario* de Fr. Joaquim de S.<sup>ta</sup> Roza de Viterbo, em data de VI Kal. Junii E. 1166: isto é de 27 de Maio, sómente 12 dias depois do Documento que consideramos. Será este ultimo falto de toda a authencidade porque nelle se não lê a phrase "*Quando habuero Portugalensem terram adquisitam*" que tão facilmente se podia julgar subentendida?

Deste documento se serviu D. Nicolau de Santa Maria, em sua Chronica dos Conegos Regrantes de Santo Agostinho, Parte 1.<sup>a</sup>, pag. 306, n.º 11 e 12, onde a cópia da 3.<sup>a</sup> Parte da Monarchia Lusitana Liv. 9, cap.º 14, com o erro na data da *Era* de 1162 em vêz de 1166, como notou o Snr. João Pedro Ribeiro.

O 2.º Documento, ao qual denominamos B, é mui notavel por sua forma, pois outro tal não encontrou o Snr. João Pedro Ribeiro em suas indagações. E' elle um Cartulario, em que se achia transcripto uma serie de titulos e apontamentos de transacções; e quando a generalidade destes pergaminhos appresentão a forma de *Codice* ou Livro, este de que tratamos se mostra em Rollo de 12½ palmos de comprido e 1 de largo. E' formado de 4 folhas de pergaminho cosidas umas ás outras por tiras da mesma substancia.

O conteudo deste Rotulo póde dividir-se em duas partes.

A 1.<sup>a</sup> é um complexo de transumptos, resumos, e apontamentos, de Doações, Cartas de Venda, Compra, e Escambo, em que o principal possuidor é um *Nuno Vilulfiz*, ou *Guilulfiz*, com sua mulher *Dordia Midiz*. Nenhuma ordem chronologica é seguida nestes documentos que abrangem datas desde a Era 1150 até á Era 1184; e nenhuma regularidade guardou o amanuense na copia dos documentos que teria presentes. Em uma parte encontramos um titulo lançado por inteiro; em outra não se lê senão um mui confuso apontamento d' uma compra ou venda effeituada; e em geral o maior numero das diversas transacções são enfiadas umas após as outras sem espaços ou signaes que as distingão. Nós para maior clareza separamos as diversas transacções, demos a cada uma um N.º, e, onde podemos, indicamos a Era que appresentão. Nesta 1.<sup>a</sup> parte con-

sideramos os transumptos numerados por nós N.º 1 até N.º 27 inclusivè.

A 2.<sup>a</sup> parte abrange os N.ºs 28, 29, e 30, que ostentão ser 3 Doações referentes ao Mosteiro de Reffoios de Lima da Congregação dos Conegos Regrantes de S.<sup>to</sup> Agostinho, vulgarmente denominados Cruzios: doações, que a inspecção mais superflua alcunhará de apocripfos, e que infelizmente formão mais um capitulo na historia dos documentos fabricados pelos ordens monasticas em beneficio proprio.

A' 1.<sup>a</sup> Parte não se póde negar aquella authenticidade que aos Cartularios em geral é devida, a saber a que nasce de sua antiguidade sómente. Esta remonta sem duvida ao Seculo XII. Quem fosse o escriptor não se declara; mas em quasi todos os documentos parciaes se nota *Pelagius notuit ou Pelagius presbiter notuit*.

O Snr. João Pedro Ribeiro repetidas vêzes falla deste Rotulo como tendo passado do Mosteiro de S. Martinho de Crasto para o de Reffoios de Lima. Em suas *Obs. de Diplom. Port.* a pag. 27, lemos:

“ Neste Cartorio (de Reffoios de Lima) se conserva uma *copia seguida* das Doações do Mosteiro de Crasto, que tem a particularidade de serem rolo, e não em forma de Livro como os outros de Doações, que nos restão de outros Mosteiros e Cathedraes, &<sup>a</sup> ”

Em suas *Dissert. Chronol. e Criticas*, Tomo V, na pag. 1.<sup>a</sup>, ainda diz:


“ O ( Cartulario ) do Mosteiro de Crasto ( hoje no de Reffoios de Lima ) é o unico que tenho encontrado em Rollo, e não em forma de Codice. ”

Que este Rotulo viéra do Mosteiro de S. Martinho de Crasto para o de Reffoios de Lima; que as propriedades aqui indicadas como pertencentes a *Nuno Vilulfiz* tivessem passado ao dominio do Mosteiro de Crasto; póde muito bem ter acontecido, ainda que não tinhamos nós dados para o affirmar; mas de certo não ha no Documento uma só referencia ao mencionado Mosteiro. Admira-nos portanto a asserção do Sñr João Pedro Ribeiro, e tanto mais quanto vemos que os falsarios do documento N.º 30 apparentando a familia de Nuno Vilulfiz com a de Affonso Ansemondiz, o pertendido fundador do Mosteiro de Reffoios de Lima e indicado pae de Mendo Affonso, possuidor do Condado do mesmo lugar, se quizerão aproveitar da authoridade d'um docu-



mento a elle referente , para coonestar as suas usurpações em proveito do Mosteiro de Reffoios de Lima que não o de Crasto. Póde todavia ter este Rotulo Cartulario dos bens adquiridos por Nuno Vilulfiz a relação com o mosteiro de Crasto que aponta o Sñr João Pedro Ribeiro ; mas nós nelle não vemos outra referencia a Mosteiro senão ao de S. Miguel de *Fonte-Auria* ; a fora ao de Reffoios de Lima , na parte apocrifa.

Depois destes preliminares passaremos a dar a copia dos Documentos que neste apontamento nos occupão ; e em seguida aos mesmos lançaremos algumas reflexões referidas á numeração que nos mesmos adoptamos.



## DOCUMENTO A.

[Letra semi-gothica. Pergaminho mal preparado mas facil de dobrar-se. Parece que algum tempo andára mui acautelado, como n'um bolso; para caber commodamente no qual fôra dobrado em compartimentos mui pequenos, dos quaes os externos se veem consideravelmente denegridos e enxovalhados. Andava, quando o vimos, cosido ao rolo pergaminaceo de que adiante teremos de fallar, logo acima da Doação que no mesmo denominamos N.º 2 e annexo a elle uma tirinha de papel, na qual em letra moderna se lia : *Doação do Condado de Refoios de Lima : Desta Doação pede o mosteiro confirmação.* Na sua frente traz o documento o titulo : *Doação do Condado de Refoios*, n.º 1; e no seu reverso : *Doação antiga do Infante Dom Affonso porque deu o Condado de Refoios a Menendo Alphonso*; N.º 2 *Saco j.º*; um e outro em letra moderna. E'de notar no corpo do documento, entre a 1.ª e 2.ª linha (das 5 que apresenta, a fora os nomes das testemunhas) indicios d'uma entrelinha respançada, logo acima das palavras: *scriptura de uno condado.* O I final do ROBORAVI corta a linha — sobre o qual costumavão os outorgantes fazerem sua cruz, cousa que no documento falta.]

IN NOMINE Patris et Filii et Spiritus Sancti. Sub Dei pietate. Ego Infans Domnus Adefonsus, in Domino Deo eternam salutem. Placuit mihi ut facerem tibi Menendo Alfonso scriptura de uno Condado que est in Refoios, pro bono servicio quod mihi facis et facies. Ex odie die quodcumque volueris facies ex eo, et non sit ausus nullus homo de hac re tibi calumniare in nullis temporibus, et quiquid eum tibi calumniaberit duplet eum tibi, et insuper ad Dominum terre quingento m. Hec karta exarata idus Magii. Ego Infans Domnus Adefonsus, filius Henricus Comes, in hac Karta manu mea R—O—B—O—R—A—V—I. E. M. C. LXVI. Qui presentes fuerunt et viderunt. Sancio Nuniz. Ernigio Moniz. Henricus Cendoniz, et Petro Cendoniz, et G. Cendoniz.


## Pro testes

Gundisalvus	tsts	Pelagius	tsts	
Petrus	tsts	Martinus	tsts	N. notuit.
Menendus	tsts	Suarius	tsts	

## DOCUMENTO B.

[Tendo já relatado as dimensões do Rotulo, só temos a accrescentar o ser elle opistographo, sendo riscadas as linhas, que dirigião o escriptor, a secco com algum instrumento de córte; o que algum tanto tem concorrido para sua deterioração. A letra é Franceza. Quando tratarmos de



cada transumpto em particular notaremos alguma outra circumstancia que mereça attenção. Sobre o modo como nos houvemos na copia, leia-se a advertencia  a paginas 8 destes Apontamentos.]

[N.º 1. Era 1152.] CHRIS<sup>tu</sup>S (\*) Magnum est titulum vendicionis in quo nemo potest inrumpere, actum largitatis. In Christi nomine ego Taresie filia regis Anfus. Ideo placuit mihi ut facerem tibi Nuno Vilulfiz kartam firmitatis de hereditate mea propria que habeo in villa que vocant Carvalial que tuit de patre meo Adefonsus rex vel de aviorum meorum (et mea)? Do tibi ea hereditate integra quanto ego ibi habeo per ubi illa potueris invenire intus et foris cum quantum ad prestandum hominis est. Concedo tibi illa pro servitio multo et bono que mihi fecisti et pro redempcionis anime mee vel parentorum meorum. Et est in territorio Tudense discurrente rivulo Limie. Habeas tu illa firmiter et omnis posteritas tua usque in perpetuum. Ita ut des hodie die vel tempore sedeat ipsa heriditate de juri meo sit abrasa et in juri tuo sit tradita atque confirmata. Et si contra hunc factum quod jussi fieri non credis et ad inrumpedum venerit extranei vel propinquis, sint filij mei vel gentes mea benedicti usque in sempiternum qui illi adiutorium fecerint. Facta carta donacionis. Notum die quod erit kalendas Junias. E. M. C. LII. Imperante Portugalis Regine Tarasie. Imperante terra de Ponte Sancio Nuniz. Sub ejus manus Pelagio Picon. Tudense sedis episcopus Adefonsus. Ego Taresie Infans et tibi Nuno Guilulfiz. In hanc kartam manus meas R—O—V—O—R—O.

Qui viderunt et audierut. Sancio confirma. Fernando confirma. Pelagio confirma. Pro testes. Anaia testes. Pelagio testes. Menendo testes. Pelagius qui notuit. (\*\*)

[N.º 2. Era 1154.] Et per ipsa quinta de C. rvalial donavit ad Vilulfo Ansemondiz et ad sua mulier Marina Pelaiz C. et L. m. in precio. Concedo tibi ipsa quinta intus et foris per ubi illa potueris invenire cum quantum ad prestandum hominis est et de precio apud te non remansit in debitum. Ita ut des hodie die vel tempore ipsa quinta de Carvalial de juri meo sit abrasa & in juri tuo sit tradita atque confirmata et quantum a vobis fuerit meliorata. Et si contra hunc factum quod jussi non credis et inrumpendum venerint, tam ego quam filijs vel propinquis aut gens mea vel extraneis, et nos in concilio non potuerimus obturgare, que parit vobis ipsa quinta dublata vel tripata vel quantum a vobis fuerit meliorata. Facta karta vendicionis. Notum diem quod erit kalendas Junias E. M. C. L. III.

Ego Vilulfo Ansemondiz & tibi Nuno Vilulfo et uxor mea Marina Pelaiz. In hanc kartam manibus nostris RO—RO—RA—M—US. Qui

(\*) Esta palavra é indicada á margem do original pelo bem conhecido *Monograma*. Veja-se no *Elucidario* de Viterbo Vol 1.º, na Tab. 5, os primeiros 8 Numeros.

(\*\*) Segue-se uma cruz entre um florão. Veja-se o *Elucidario*, Vol 1., na Tab. 5, o N.º 14.

viderunt & audierunt. Petrus confirm. Fernando confirm. Arias confirm. Menendo t. Vermuda t. Pelagio t. Pelagius notuit.

[N.º 3. Era 1155.] In Dei nomine [...] Ego Marina Pelaiz et tibi Nuno Vilulfiz [...] Placuit mihi ut facerem tibi carta vendicionis de hereditate mea propria que habeo de ganancia que ganavi de Odario Eusebiz et de patre ejus Dono Eusebio et de sua filia Gontrode Eusebiz. Et habet jacentia in loco predicto media de Brandara et tertia de Cal-dellas subtus Mons Campelo, discurrante rivulo Limie in territorio Tuden- se. Do tibi ipsas hereditates de Brandara de illos condes media et tertia de Caldelas, fontes et montes [...] Et precio que accepi de te pro Brandara XL. m. et pro Caldelas XXX modios [...] Facta karta venditionis. Notum die quod erit kalendas Junias E. M. C. L. V. Imperante Portugalis infans Taresie. Inperante terra de Ponte Sancio Nuniz. Tuden- se sedis episcopus Adefonsus. Ego Marina Pelaiz et tibi Nuno Vilulfiz in hanc kartam vendicionis manus meas RO—VO—RO. Qui presentes fuerunt Menendo t. Petrus t. Fernandus t. Pelagius notuit.

[N.º 4.] Ego Nuno Vilulfici comparavi hereditate in Caldelas in loco predicto Campelo quanta ibi habues Aragunti Moninci pariter cum filio suo Monio Petríz et sua germana Froilo Moninz et suo filio Pelai Fla- gella et suo sobrino Monio Vimaraz et sua mater Froilo Petríz, que dedi in precio viginti modios. Et est de Monio Vimaraz XX. m. inprestito que comedit sua mater et pectavit illa hereditate pro ea. Et ipsa hereditate mihi Nuno Vilulfiz dederunt [...] Et est ibi alia quarta de ipsa hereditate que ganavit Menendo Vilulfiz de Eivia Rapada et de matre sua, et ego Nuno Vilulfiz cambiavi cum germano meo Menendo Vilulfiz. Ego dedi illi in Brandara, et ille dedit mihi in Campelo loco predicto Moraria.

[N.º 5. Era 1156.] ALIA. Ego Nuno Vilulfiz in ipsa villa de Cal- dellas comparavi ibi uno Casal, cum patre meo et cum fratribus meis, que vendidit nobis Ermigio cum filiabus suis et tu Nuno Vilulfiz dedisti p. C. m., et nos accepimus et nichil remansit in debitum pro dare, extra de illa quinion de Petro Eidiz, de illa casa et de illa vinea [...] Facta karta vendicionis. Notum die quod erit II Kalendas Junias E. M. C. L. VI. Imperante terra de Ponte Sancio Nuniz. Sedis Tudense episcopus Adefonsus. Ego Aragunti Moninci una pariter cum fratribus meis et soror mea cum filio ejus et tibi Nuno Vilulfiz, in hanc Kartam vendicionis manibus RO—ROR—AVI—MUS. Qui viderunt et audierunt. Fernando t. Petro t. Vi- mara t. Pelagius notuit. In ipsa villa de Caldelas in loco predicto de Campelo, ego Nuno Villulfiz cambiavi cum Luzo Luz ipso quinion que ipse habuit pro alio que ego illi dedi in agro de Argimiro casal in loco predicto de Seccas.

[N.º 6. Era 1177.] Ego Nuno Vilulfici et uxor mea Dordia Midiz, et vobis Midus Nuniz [...] Nobis accessit volumptas ut faciamus cam-



bia inter nos de hereditate nostra propria que habemus de parentorum nostrorum vel de ganancia. Et habet jacentia in loco predicto que vocant Brandara de Seccas, et alia hereditate Sancto Micael de Fonte Auria in loco predicto de illa Lama, mediatate quanta ego ibi habui, pro alia hereditate duos casales in Brandara Seccas illo casal de Abadessa Donargio, et alio casal de suo patre Nuno Gunsalviz, sexta de Nuno Gunsalviz, et alia sexta de tota illa villa de Brandara que fuit de Abadessa Dona Augio [....] Facta karta cambiacionis II kalendas Junias. Notum die quod erit E. M. C. L. XXVII. Ego Midus Nuniz, et tibi Nuno Vilulfiz et uxor tua Dordia Midiz, in hanc carta manus RO—VO—RO Qui viderunt [....] Pelagius notuit.

[N.º 7. Era 1177.] Et ipsa hereditate de ipsa Lama que mecum cambiasti, ipsa mihi Mido Nuniz mihi Nuno Vilulfiz mihi vendidisti pro precio CCtos modios [....] Et ego Mido Nuniz una pariter cum dominos meos Abate Dono Alfonso et fratre ejus Pelagio Gutierrez tibi Nuno Vilulfiz et uxor tua Dordia Midiz, vendidimus vobis ipsa hereditate de ipsa Lama. Facta Karta vendicionis. Notum Die quod erit II kalendas Junias. E. M. C. LXXVII. Ego Midus Nuniz et Abbas Alfus et Pelagius Gutierrez, et tibi Nuno Vilulfiz et uxor tua Dordia Midiz, in hanc Karta manibus nostris RO—BO—RA—MUS. Qui viderunt [....] Pelagius notuit.

[N.º 8. Era 1165.] ALIA. In ipso Casal de Lama ego Nuno Vilulfiz et uxor mea Dordia Midiz, nobis vendiderunt Ermesenda Pelaiz et Marina Suariz, sex leiras pro precio XX. ti. bragales [....] Facta Karta venditionis. Notum die quod erit II kalendas Junias. E. M. C. LX. V. [....] Pelagius notuit.

[N.º 9. Era 1184.] In ipsa casal de Lama caõd porto una leira de illo Rial da Porta et vade usque ad illo castinieiro de illo barreiro. Ego Nuno Vilulfiz et uxor mea Dordia Midiz comparavimus de Gosendo Tagarro in precium III. b.<sup>us</sup> morabitanos de auro. [....] Facta karta vendicionis notum die quod erit II kalendas Junias. E. M. C. LXXXIII [....] Pelagius notuit.

[N.º 10. Era 1170.] ALIA. In ipso casal de Lama ego Mido Alferion cambiavi ipsa hereditate cum Nuno Vilulfiz et uxor sua Dordia Midiz hereditate per alia hereditate in loco predicto in ipso casal de ipsas covas & demeir et decartemir, et quinion de ans .... o, extra quini-  
non &  
on de illa ecclesia qui tibi vendidi non cambiavi (\*), et pro quale feci ego Nuno Vilulfiz et uxor mea Dordia Midiz isto cambio cum tecum Mido Alferion .... quia non can .... s neque vendas neque dones ad neminem ergo a me et ad filiis meis et si tu ante nos migraveris et semen non habueris remaneat ipsa hereditate in manus meas vel ad filiis meis et

(\*) No original ha a entrelinha que aqui reproduzimos.



retribuemos ipso precio pro remedio anime tue C. modios in boves et in vaccas et in equis et in hereditate [.....] Facta karta de cambiacionis. Notum die quod erit II kalendas Junias. Era M. C. LXX. Ego Mido [....] Pelagius notuit.

[N.º 11. Era 1168.] ALIA. Ego Nuno Vilulfiz et uxor mea Dordia Midiz in illos Casales hereditates comparavi de Tedon Vimaraci. Ego Tedon Vimaraci tibi Nuno Vilulfiz. Ideo placuit mihi ut facerem tibi Karta vendicionis de hereditate mea propria que habeo de parentorum meorum et habet jacentia in loco predicto in illos Casales, discurrente flumine Limie, territorio Tudense, subtus Mons Campello. Do tibi ipsa hereditate tota mea porcione integra quanta ibi habeo de aviorum meorum pro precium, hec est XX modios, et vos dedistis et nos accepimus [....] Et sua sobrina Odrozia Luz, medio quinion pro X modios. Et meo germano Pelai Gosendiz sua tercia integra pro precium in ganado. [....] Et ad filiis de Monio Menendiz, Menendo et Johanne, suo quinion integro pro III modios. Et in alia vice que ganavit Tedon de jermana de Monio Menendiz pro III modios. Et Pelagio Gosendiz una Casa pro X quarteiros. Et Pelai Pelaiz qui cambiavi IIII. m. in hereditate. Et Odario Odariz VX. m. in hereditate. Nos vendidimus et vos comparastis [....] Facta venditionis. Notum die quod erit kalendas Junias E. M. C. LXVIII.

Ego Tedon Vimaraz & Odrozia Luz, Pelai Gosendiz, Pelai Castineira, Pelai Pelaiz, Odario Odariz, Menendo et Johanne, tibi Nuno Vilulfiz [....] Pelagius notuit.

[N.º 12. Era 1173.] In Dei Nomine. Ego Petro Serraziaz & uxor mea Maria Alfonso, tibi Nuno Vilulfiz [....] Ideo placuit mihi [....] ut faceremus vobis Karta vendicionis, sicut et facimus, de hereditate nostra propria que habeamus in villa que dicent Casales, hereditate que fuit de ganancia. Et habet jacentia subtus Mons Petra Lata, territorio Tudense, discurrente rivulo Labrugia flumine Limie, in loco predicto Kasales, uno Casal integro, montes & fontes [....] Dabo vobis illa pro precio que de vobis accepimus, uno cavalo adpreciato in quinquaginta modios. Vos dedistis & nos accepimus [....] Facta Karta vendicionis. Notum die quod erit III kalendas Febrarii. E. M. C. LXX III. Qui viderunt et audierunt [....] Pelagius notuit.

[N.º 13. Era 1170.] In Dei Nomine. Ego Velasco Suariz et uxor mea Goncina, tibi Nuno Vilulfiz et uxor mea Dordia Midiz, et Menendo Vilulfiz et uxor tua Maria Fagildiz [....] Ideo placuit nobis [....] ut faceremus vobis Kartula vendicionis de hereditate nostra propria que habemus [....] et habet jacencia in oteiro de Brandara de illos Condes in territorio Tudense, discurrente subtus Mons Barreirolo, discurrente flumine Limie, in loco predicto Aucteiro una villa integra [....] Damus vobis illa tequa accepimus pro precio que de vobis accepimus, nonaginta modios,

in hereditate in Sauto adpreciamento de Pelaio Godinci. Ille dedit ipsa hereditate ad Iherusalem Velasco Suariz et sua mulier Dona Goncina. Et est centum modios, et X. in ganado. Tantum nobis bene placuit [...]  
Facta Karta vendicionis. Notum die quod erit III kalendas Junias. E. M. C. LXX. [...] Pelagius notuit.

[N.º 14. Era 1160.] ALIA. In Dei Nomine. [...] Ideo placuit nobis Tedon Ansemondiz et uxor mea Dona Pala, Telo Ansemondiz, et Didagus Ansemon Vilulfiz et uxor mea Marina Cendoniz. Sesnando Siici, Abade de Sancto Micael, ipso quinion de intro de Aral de testamento de Vimara Recareiz, qui vendidi ego Sesnando Siici pro una equa de XXX modios per manus de Don Sancio qui erat senior de ipso monasterio. Et levavit ipsa equa Don Sancio in fossado, et ultra non dedit ipsa jumenta ad illo monasterio. Ego Tedon Ansemondiz, et ego Telo Ansemondiz que vendidimus duas tercias de hereditate in Portela in precio nonaginta modios, ad tibi Nuno Vilulfiz. Ego Didago Vilulfi vendidi hereditate de XL. modios in Portela a vobis Nuno Vilulfiz. Casal de Don Goia. Ego Odario Goiaz, pro X. m. Tota Goiaz, pro X. m. Ge-luira, pro X. m. Petro Goiaz, pro X. m, et pro V<sup>a</sup>, X. m. Et sua germana Flamua vendidit uno casal ad Fagildo Requereiz, in Portela fora de Caucto, quinion de Sancto Johanne de Arga, que comparavit Don Vilulfo pro precio que illis bene complacuit. Quinion de Paiolo et de suos fratribus, qui cambiaverunt hereditate pro alia hereditate in illo barrio de Sancta Eulalia in Portela. Quinion de Fernan Petriz de Calieiros et sua mulier Maior Moninz, quanto quinion habuerunt de aviorum suorum, vel de ganancia, in Portela, vendiderunt a Nuno Vilulfiz et a Dordia Midiz, de illa Arca Petriza quomodo vadit per ipsa via usque in Pena Grande, et usque in Caucto, et usque ad Sancto Symeon, et usque in Portela de illo Spineiro, et usque in illa Arca Petriza, pro alia hereditate in ipso Liniar de Fonte Fria, et alia terra in Cerdeira, et uno tiraz, et morabitanos VII et medio. E. M. C. LX.

[N.º 15.] ALIA. Ego Petro Arias et uxor mea Marina Pelaiz, et tibi Nuno Vilulfiz et uxor tua Dordia Midiz. Vendidimus vobis hereditate nostra propria quis habuimus de parentorum de Marina Pelaiz prenominato in loco predicto Portela, de ipsa Penna Grande usque in ipso Fenal quomodo conclusum est VIII integra nostro quinion [...] et damus ad vos pro que accepimus de vos precio XIII M. in cardeno [...]

[N.º 16. Era 1184.] In Dei Nomine. Ego Abbas Fernando et Sesnando Siici, fratres Sancti Micaelis, et vobis Nuno Vilulfiz et uxor tua Dordia Midiz, in Domino Deo eterno salutem, Amen. Ideo placuit nobis per bona pacis et volumptas ut faceremus a vobis Kartam vendicionis vel transmutacionis de hereditate nostra propria que habemus in villa Refugios, subtus Mons Barreirolo, discurrante rivulo flumine, territorio Tudense. Et habet jacentia in loco predicto Casal do Pexe, montes et fontes per



ubi illa potueritis invenire , intus et foris , cum quantum ad prestandum hominis est. Damus vobis illa pro alia hereditate que a nobis dedistis in Alintanes , hereditate quis fuit de Rodrigo Sanciz , et pro X. m. Tantum nobis bene complacuit , et de precio non remansit in debitum pro dare. Ita ut de hodie die vel tempore sedeat ipsa hereditate de juri nostro abraza , et in vestro dominio sit tradita atque confirmata. Habeatis vos illa firmiter , et omnis posteritas vestra temporibus seculorum. Siquis tamen quod minime creditis , et aliquis homo venerit , vel venerimus contra hunc factum nostrum ad inrumpendum et nos in concilio non potuerimus obturgare , illa hereditate sedeat dublata et quantum a vobis fuerit meliorata , et vobis perpetim habitura. Facta ..... cionis. Notum die quod erit XVIII kalendas Junii. E. M. C. LXXXIII. Ego Abbas Fernando et Senando Siit , et vobis Nuno Vilulfiz et uxor tua Dordia Midiz , hanc Kartam manibus nostris roboramus. Qui viderunt et audierunt. Menendo t. Nuno t. Ramiro t. Pelagius notnit.

[N.º 17. Era 1159.] Ego Vilulfu Ansemondiz et filio meo Nuno Vilulfiz ganavimus ipso Casal qui dicent de Cagadel que fuit de Vimam Lubo et de gentes suas et de Fernam Conde et de Infantadigo mediatate integra de ipso casal. Hereditate in Villa de Fratres que ganavit Vilulfo Ansemondiz et Marina Pelaiz de Miaia Goda et de Nuno Pelaiz et de ipsos Condes totos vel de infanzones vel de vilanos , et ego Nuno Vilulfiz et Dordia Midiz comparavimus de Marina Pelaiz. Ideo placuit mihi [...] ut facerem tibi Karta vendicionis de hereditate mea propria [...] territorio Tudense , discurrente flumine Limie , et habet jacentia in loco predicto Villa de Fratres [...] Do tibi illa atque concedo pro precio que mihi dedist C m. [...] Facta karta vendicionis. Notum die quod erit IIII kalendas Junias E. M. C. L. VIII. Ego Marina Pelaiz , et tibi Nuno Vilulfiz et uxor tua Dordia Midiz , in hanc karta manus meas R—O—V—O—R—O [...] Pelagius notuit.

[N.º 18.] In Dei Nomine. Ego Marina Vilulfiz et meo viro Petro Luz , et tibi Nuno Vilulfiz. In Domino Deo eterno salutem , Amen. Ego Marina Vilulfiz et viro meo Petro Luz fuimus in possessione de Gundisalvus Truitesendiz in Vimaranes , perque fuimus suos Maiorinos de sua terra. Et misit nos in illa catena de Vimaranes. Et vidit Marina Pelaiz et viro ejus Vilulfo Ansemondiz viderunt filia sua in possessione , et rogaverunt Nuno Vilulfiz filio suo ut habiret in Vimaranes ut adjuvaret exirent sororem sua cum viro ejus , per illa hereditate de Gencio. Miserunt illa hereditate in pignores , et habii ego Nuno Vilulfiz in Vimaranes , et pectavi uno cavallo de cento et L. m. apreciatio.... et uno manto in cardeno de conilios , et extravi illos de catena , et eduksi illos in domum patri sui et mater ejus. Et mihi obturgaverunt pater ejus et mater et filia et marito ejus illa hereditate de Genzo , et in vita sua mihi dedissent ipso aver C. et L. m. et ego dedissem illos ejus hereditatem. Et in vita eorum cambiaverunt mihi per alia hereditate in Villa de Frades.



Cambiarunt mihi per tale quale illa de Alfonso Amareliz, et in vita sua mihi non dederunt ipso aver C et L. m, et perdidit illa hereditate pro inde. Et a michi Nuno Vilulfiz dedit pater meus in casamento in Villa de Frades quantum ille ibi habuit in Casal Cremato, et in Casal de Pelagio Vilano, et quantum ibi habuit tio meo dono Alfonso Ansemondiz mihi dedit in ipso Casal Cremato, quarta de ipsa Quintana cum sua casa, et quinta de ipsa Senara, et suo quinion de Anteaporta, et alios suos quiniones qui ibi sunt, et pro que mihi illos dedit pro alios quiniones que ego illi dedi super illa Fonte, illas III quartas, et in Triigal mediatate, et in Azal meo quinion que mihi vendidit Ermesensala Pelaiz, et alio meo quinion, et in Casal Cremato dedon Alfonso dedit ad illo una bove in X. m., intro et foro X m. in hereditate, et ganavi eum don Alfonso una vja integra in Maracicanes de Savarigu pro precio que ad illo placuit. Et ganavi de dono Ordonio Spassandiz quinion altera vj. pro precio que illi complacuit.

[N.º 19.] ALIA. Ego Godo Sesnandiz vendidi una hereditate in Villa de Frades a Nuno Vilulfiz et uxor sua Dordia Midiz, octava de illo Condado des illa karreira de Sancta Maria qui venit per illo Triigal adta illa agra de Monacos integra. Dadi illa a vobis pro precio que de vobis accepi. Hec sunt VI. m in pleno et nihil remansit in debitum pro dare. Tantum bene mihi placuit.

[N.º 20. Era 1168.] In Christi nomine. Ego inclitus infans Dominus Alfonsus Comes Henrichi et Regine Taresie filius. Tibi Nuno Vilulfiz et fratribus tuis Menendo et Diago, facio Kartam firmitatis de illa quinta que debes dare, tu et fratribus tuis, mihi dare de omni illa hereditate quem habeo in Refugios, habet namque jacentia territorio Tudense discurrente flumine Limie. Hoc autem facio pro optimo servicio quod mihi fecisti et pro amore mei cordis quem habeo in te, et etiam pro C. bragales quos mihi dedisti, et ego dedi illos Fernandus Petriz. Si autem aliquis homo hoc factum meum irrumpere voluerat, quod fieri non credo, tibi vel qui vocem pulsaverit, illam hereditatem componat in quadruplum, et Regie Potestati quod in Libro est judicatum. Insuper autem sit excommunicatum, et a liminibus Matris Sancti Ecclesie segregatus, et cum Juda traditore in palacio Gehenne habeat habitaculum. Facta Karta eterne firmitatis. VIII ydus Januarii. Sub Era M. C. LXVIII. Ego egregius Infans Domnus Alfonsus, hanc Kartam propria manus R—O—B—O—R—O.

Qui presentes fuerunt et audierunt.

Pelagius Bracarensis Archiepiscopus	conf.	* P. testibus Menendus test.
Comes Alfonsus.....	conf.	Pelagius .....test.
Sancius Nuniz.....	conf.	Petrus ..... test.
Egas Moniz.....	conf.	
Menendus Moninz.....	conf.	
Ermigius Moninz.....	conf.	

Pelagius Presbiter notuit.

(\*) Entre os confirmantes e as testemunhas se vê traçada uma cruz entre

[ N.º 21. ] Ego Fernando Petríz et uxor mea Maior Moniz, et tibi Nuno Vilulfiz et uxor tua Dordia Midiz, vendidi vobis una hereditate in agra de Monacós per fundo de Leírola, quomodo sparte per illa Lagona, et inde quomodo sparte per illo Condado, et inde quomodo sparte per Laimas de Dona ( Teguia? ), et inde quomodo sparte per illa carreira de illos Tabos. Dabo vobis illa mediatate de illo agro integro pro precio que mihi dedistis. Hec sunt XXX. m. tantum mihi bene complacuit, et de precio apud vos non remansit in debitum pro dare.

[ N.º 22. ] Abbas de Sancte Michael et Sesnando Siit et Petro Curugia, ipsa hereditate cambiamus in Brandara de illos Condes in loco quis dicitur Arestim mediata quarta de uno casal ad vobis Nuno Vilulfiz et uxor tua Dordia Midiz. Cambiavimus vobis eis pro alia hereditate in Faldiganes in loco predicto quis dicitur Nuno Esoriz. Ipso Abas cambiavit ipsa hereditate cum Nuno Esoriz pro alia in Canedelo. Et ego Nuno Vilulfiz insuper dedit VII bragales pro ipsa quarta, et nichil remansit in debitum pro dare.

[ N.º 23. ] Ego Nuno Vilulfiz quando perrexi in locum que dicitur Iherusalem ti ..... diem mortis et qui debebam ad obitum meum dare, datum est, in loco qui dicitur Agro-covo juxta Sancta Marina, et de alia pars ad pede illo Arcus Petrino, quomodo venit per ipsa carreira antica, et concludet in Sancta Marina, et de ( alia ) ? parte ipsa leira qui jacet ( quo ) ? loco qui dicitur ad Pons S. Marina, et ipsa leira qui jacet ..... illa pons in loco qui dicitur ( Gordu ? ) (\*)

[ N.º 24. ] In Carvalial in loco qui dicitur Sindoco usque in hos casales, et usque ad pontem, et in alia parte quomodo sparte per Pelago nigro, et usque sparte cum Veiga de Ramiro, quomodo conclauset per aspera de Molino, et passa rivulo, et usque ad Civitatum Vetus, et sparte de Vilar, et fer in aqua de Molino de Labrugia. Ego Menendo Aia et uxor mea Orraka Rugiel a vobis Nuno Vilulfiz et uxor tua Dordia Midiz, et Petro de Ponte et uxor tua Orraka Nuniz, damus vobis ipsa hereditate quod supra dictum est mediatate integra, quanta nos ibi habemus, pro precium que accepimus de vobis, uno cavallo, et una manta gallega, et est XL. M. Vos dedistis et nos accepimus. Tantum nobis bene complacuit, et non remansit in debitum pro dare apud vos.

[ N.º 25. ] Et ipsa hereditate de illos Casales qui fuit de Johanne Nuniz, et misit filio suo Fernando Johannes in pignores ad me Nuno Vilulfiz et uxor mea Dordia Midiz pro uno kavalo baio adpreciato in du-

florões, (da especie das que vemos no *Elucidario*, pag 325, no alto da 1.ª columna,) com a palavra PORTUGAL externamente aos adornos da cruz.

(\*) Assim abruptamente termina a frente do documento.



centos m̄ in vacas novas et equas novas et puldrios novos et toto ganato novo, aut XL. mora bitinos bonos et velios, et per manus de Tedon Midiz, ille qui dicitur Tedon Porco, fidiator in CC. m. et Sueiro Gamize suo tio in CC. m. qui mihi obturgent ipsa hereditate si Fernando Johannes non venias ad octoritate, que pectent illos fidiatores, Tedon Porco CC. m. et Sueiro Gomiz suo tio CC. m. fidiator.

[N.º 26.] Et ego Odario Odariz, dicti vobis Nuno Vilulfiz et uxor tua Dordia Midiz, una hereditate X. modios in villa qui dicitur Caldellas pro alia que accepi de vobis in Brandara da Seccas, in loco qui dicitur ad Fonte de Ordiales, et in Leira de Orsa et insuper una vaca media in quatuor m. Et est toto X. m. et nobis complacuit et non remansit apud vos in debitum pro dare.

[N.º 27. Era 1150.] In Dei nomine. Ego Pelai Fernandiz qui dicitur Pelai Flagella, et soror mea Aragunti Fernandiz, et Ordonio Osoriez, qui dicitur Boto, et uxor mea Froilo Vimaraz, et Nuno Osoreis, et fratribus meis Sesufo Osorieiz, et suis mulieribus Ondariz Adosinda et alia Adosinda, et vobis Nuno Vilulfiz et uxor tua Dordia Midiz in Domino Deo eterno salutem, Amem. Ideo placuit nobis per bona pacis et voluptas, ita ut nullus quoque gentis imperio nec sudentis articulo, sed propria nobis accessit voluptas, ut faceremus sicut facimus vobis Kartam vendicionis de hereditate nostra propria que habuimus de parentorum nostrorum Vimara Moninz, et de Froilo Moniz, et de Aragunti Moniz, et de aviorum nostrorum Moni Sesufiz et uxor sua Odrozia Pelaiz, qui ganaverunt de Odrozia Eiriguiz et de Gontrode Eiriguiz prenominate dederunt prestido que comederant, et duas mantas, et alio avere que nobis longum est loquere, que illis conplacuit, et nichil remansit in debitum pro dare. Et Nuno Osorieiz que vidit et (patuit)? que morabit cum illos. Et ipsa hereditate est ipsa Ecclesia de Sancti Jacobi, et in loco predicto Brandara, duas quintas, tertia parte Pelai Flagella de ipsa duas quintas, et alia tertia Aragunti Fernandiz; et alia tertia Ordonio Osoreiz cum sua mulier Froilo Vimaraz cum fratribus suis Nuno Osoreiz et Sesufo Osoreiz, que cambiaverunt cum Pelai Vimaraz et sua soror; subtus mons Barreirola, discurrente flumine Limie, territorio Tudense. Damus vobis ipsa Ecclesia quantam a nobis pertinet, montes et fontes, intus et foris, usque ad cornu altaris, cum quantumdum hominis est, per ubi illa potueritis invenire cum suis terminis, locis novis et antiquis. Concedimus vobis illa pro precio que de vobis accepimus. Hec sunt duas capras, et a Pelai Flagella una saia Francisca, et a Dornio Osoreiz una capra bona. Et venerunt usque ad XX. annorum, et temptaverunt me Nuno Vilulfiz et uxor mea Dordia Midiz, et congregavi homines bonos, et lauauerunt prenominate... Menendo Vilulfiz, et Didago Vilulfiz, et Vermudo Fagildiz, et Nuno Osoreis, que ego illis dedissem precio illorum, X. m inter duobus fratribus Pelai Fernandiz et sua soror; que nobis complacuit, in plumazos, in feltribus, et in savanas. Tantum nobis bene complacuit, et de precio



non remansit apud vos in debitum pro dare. Ita ut hodie die vel tempore fiat ipsa Ecclesia de juri nostro abrasa, et in vestro dominio sit tradita atque confirmata. Habeatis vos illa firmiter, et omnis posteritas vestra temporibus seculorum, dublata, vel tripata, et quantum a vobis fuerit meliorata. Et si quis tamen, quod minime creditis, et aliquis venerit, vel venerimus tam nos quam de propinquis nostris vel de extraneis, contra hunc factum nostrum ad inrumpendum venerint: que pariat vobis ipsa ecclesia dublata, sicut scriptum est supra, et a parte Regis sicut scriptum est in Libro Judice. Facta Karta vendicionis. Notum diem quod erit VIII kalendas Junias E. M. C. L. Ego Pelai Fernandiz, et soror mea Froilo Vimaraz, et tibi Nuno Vilulfiz et uxor tua Dordia Midiz, in hanc kartam manibus nostris R — O — B — O — RA — M — U — S.

Qui presentes fuerunt & viderunt & audierunt.

Nuno Menendiz — cf.

Vermudo Pelaiz — cf.

Petro Pelaiz — cf.



Petro test.

Alfonso test.

Nuno test.

Pelagius notuit.

Et Nuno Osoreiz est fidiator de Pelai Fernandiz, et de sua soror, que roborassent hanc Kartam.

[N.º 28. Era 1178.] In nomine Sancte et individue trinitatis Patris videlicet et Filii et Spiritus Sancti, magestatis indivise, unius divinitatis per infinita secula seculorum, Amen. Quoniam evangelica precepta de quorum observationem salus paratur in celis cotidie thesaurizare nos admonet ubi nec tineam nec erugo demolitur, et per Salomonem dicitur = sicut aqua extinguit ignem, ita eleemosina extinguit peccatum, = et ad propositum dixit Deus Dominus in Evangelio, = date eleemosinam et ecce omnia munda sunt vobis. = Ego Alfonsus Rex Portugalensis, Comitis Henrici et Regine Tharasie filius, et magni regis Aldefonsi nepos, jam olim cautum feci Menendo Alfon. et ejus fratri Petro Alfon. pro servitio quod mihi fecerunt, et pro amore mei cordis quem habebam in eos, et pro CC. Mr. quos mihi dederunt; scilicet, de toto Reflorios, lemitato per suos terminos sicut continetur in prima scriptura. Nunc vero dictus Menendus Alfon. excelentiam nostram humiliter supplicavit quod sicut illud jam semel sibi concesseram ita nunc ipsam concedam Ecclesiam Sancte Marie de Reflorios, et illis qui ibidem Deo servire videntur. Ego igitur Alfonsus Rex Portugalie anuens postulationibus dicti Menendi Alfonsi, pro remedio anime mee parentumque meorum, una cum uxore mea Regina Domna Mafaldra, facimus tibi Petro priori scripturam firmitatis et Ecclesiam Sancte Marie de Reflorios cunctisque successoribus tuis, et omnibus fratribus ibidem in perpetuum commorantibus, scilicet de omni cauto de Reflorios lemitato per suos terminos, videlicet, per Portelam de Nugaria contra Val de Vice,

et per Portelam Sancti Simonis contra Pontem, et de Penido usque ad insuclam in medie fluminis, cum quanto intra hos terminos ego habeo, vel debeo habere; totum vos habeatis, et successores vestri altari Sancte Marie servientes in perpetuum. Siquis autem contra hoc quod ita facimus illud ad irrumpendum venerit, tum de nostris propinquis quem de extraneis, quantum ille alienare temptaverit de rebus ipsius cauti, tantum vobis in duplum componat, et insuper pectet duo auri talenta et tringentos SS. de moneta approbata, et pro vexationem quem dederit Deo serventibus sit maledictus et excommunicatus et anathema usque in diem judicii, et cum Juda traditore et Simone Maga in Inferno incarceratus. Facta scriptura Cauti et donationis et concessionis mense Augusto E. M. C. LXXVIII. Ego Alfonsus Rex Portugalensis et uxor mea Regina Mafalda hanc scripturam manibus propriis R — O — B — O — R — A — M — U — S.

Ego Comes Rodir.....	conf.	Petrus Portugalensis Episcop.	conf.
Ego Menen. Afons.....	conf.	Menendus Lamecensis Ep.	conf.
Ego Gemeina Pelaiz..	conf.	Odorius Visiensis Ep.	conf.
Ego Alfonsus Menend.....	conf.	J. Colimbrensis Epis.	conf.
Aluis Alfonsus Menend.....	conf.	Fern. Petri curie dapifer.	conf.
J. Bracharensis Archiepiscopus	conf.	Petrus Pelai curie signifer	conf.
Petrus Tudensis Episcopus.....	conf.		

Pro testibus. Petrus. Suer.  
et Menendus.

(\*)

[ N.º 29. Era 1178. ] In Dei nomine. Ego Menen. Alfon. et uxor mea Gemeina Pelaiz, timentes extremi judicii diem quando retribuetur unicuique secundum opera sua, aliquantulum nostre possessionis porcionem servis Dei offerre decrevimus ut nos illorum beneficiis et orationibus adjuvati a Domino Jesu Christo in celestibus regnis mereamur coronari. Oferimus itaque Deo et Monasterio Sancte Marie de Refloriis, tibi que Petro, fratri nostro, ejusdem loci priori, et ceteris fratribus tuis ibidem degentibus, totum nostrum Condadum quod est in eodem loco de Refloriis, cum suo palacio, sicuti illum mihi dedit pro meo servicio inclitus infans domnus Alfonsus Henrici Comitis et Regine Tarasia filius, cum omnibus prestantiis suis, et terris ruptis et non ruptis, montibus, et fontibus et cum omnibus juribus suis. Hoc autem totum facimus pro remedio animarumstrarum parentumque nostrorum, et ut semper in orationibus et beneficiis ejusdem Monasterii partem habeamus. Quicumque contra hoc totum facere presumpserit sit maledictus, et cum danato Juda in inferno crucietur, et quantum inde auferre temptaverit tantum in duplum componat, et insuper hoc scriptum semper suum robor inviolatum optineat. Facta testamenti Karta, mense Junio E. M. C. LXXVIII.

\* Neste lugar do original houve um Signal Publico (no qual ainda se distingue a cruz) que foi subsequentemente apagado. Assemelhava-se ao do Documento que neste Rotulo denominamos N.º 20.



Ego superdictus Menendus Alfonsus cum uxore mea Gemeina Pelaiz, qui hanc Kartam facere jussimus coram idoneis testibus, confirmamus, et cum propria manu hec Sig-† —†- na fecimus.

Qui presentes fuerunt.

Menend. Alberg. .... test.

Alfon. Menen ..... test.

Pelagius Albanus. .... test.

Fern. Amicus ..... test.

Suarius Golsal. .... test.

... sal Pelai. .... test.

Gens. Ms. .... test.

J. presbiter notuit.

[ N.º 30. Era 1162. ] In nomine sancte et individue Trinitatis, Patris, videlicet, et Filii et Spiritus Sancti, Amen. Sicut personis secularibus injustum non est secularia negocia concedere, sic nimirum spiritualia jura decentissimum est spritualibus viris committere. Nam quemadmodum in seculari negotio idonei viri seculares eliguntur qui jura civilia seu regalia juste dispensent, ita nil'ominus in Ecclesiastica viri religiosi Dominum timentes magnopere querendi sunt, quorum arbitrio gratia sufragante divina Ecclesiastica negocia digne pieque dispensari queant. Igitur nos omnes heredes Ecclesie Sancte Marie de Reflorios, qui in predio nostro edificata esse videatur, videlicet Alfonsus Ancemondiz et filius meus Menendus Alfonsi, ac filia mea Marie Alfonsi, et Gudaira Alfonsi, et nepotes mei Menendus Guilufiz, Didacus Guilufiz, Nunu Guilufiz, cum filiis ac filiabus nostris ac nepotibus, nec non et omnibus parentibus nostris, ob remedio animarum nostrorum, et propter honorem Dei ac Beate Marie semper virginis, omnibusque sanctorum, toto mentis affectu, de eadem Ecclesia cum omnibus suis prestantiis que nunc possidet, vel in futuro acquirere poterit, scripturam libertatis facimus tibi Petro Petriz, prefate Ecclesie Priori, et omnibus sociis tuis qui tecum in presenciarum sub Regula Sancti Augustini Deo militare videntur, nec non cunctis successoribus tuis qui secundum eandem Regulam vivere voluerunt, ita scilicet, ut nec nos, nec aliquis nostre posteritatis quocumque modo ... qualibet occasione, minuere, fraudare, vel aliquas immissiones facere, sed omnia vobis vestrisque successoribus integ .... bata que permaneat. Obeunte vero ejusdem loci priore nullus ibi qualiter subreptionis astutia vel violen....preponatur, nisi quem fratres communi consensu vel fratrum parr consilii sanioris secundum Dei timorem canonice .... egerint. Decernimus etiam ut nulli omnino hominis, tam de nostris, quam de extraneis liceat eundem locum .... uper hanc nostram confirmationem temere perturbare, aut ejus possessiones auferre, vel ablatas retinere, sed omnia integre conserventur eorum pro quorum sobstenantione ac gubernatione concessa sunt omnimodis usibus perfutura. Si quis sane in posternum ecclesiastica secularisve personis hujus nostre institutionis paginam sciens contra eam temere venire, seu in prefata Ecclesia hereditario jure quisquis sibi vindicare presumpserit, secundo, tertiove commonita, si non congrua emendatione satisfecerit quantum ab eadem Ecclesia auferre vel alienare temptaverit, tantum nil' ominus eidem loco in duplum compenset et insuper duo auri talenta, reamque se Divino judicio de perpetrata



iniquitate cognoscat et a Sacratissimo corpore et sanguine Dei, et Domini Redemptoris nostri Jesu Christi, et a cetu cunctorum fidelium abjiciatur. Cunctis autem predictae Ecclesiae sua jura servantibus, sit pax Domini nostri Jesu Christi, quatenus hic fructum bone actionis percipiant, et in futuro premia eterne pacis inveniant. Facta scriptura libertatis, quarto Idus Novembris, E. M. C. LXII. Ego Alfonsus Ancemondiz, et filius..... Menendus Alfonsus, et filie mee Maria Alfonsi et Giluira Alfonsi, cum supra dictis parentibus nostris Menendus Guilufiz, Didacus Guilufiz, cum filiis, filiabus, ac nepotibus, cunctisque coheredibus nostris hanc scripturam perpetue libertatis, volenti animo, propriis manibus roboramus. Regnante in Portugal ..... e Alfonso Henrici Comitis et Regine Tharzie filio. Cardinalis et Romanus Jacintus nomine qui tunc temporis aderat presens, laudavit et confirmavit.

Ego Alfonsus Menendi maior ..... conf.  
 Ego Alfonsus Menendi minor ..... conf.  
 Ego Petrus Menend. Archidiaconus ..... conf.  
 Ego Menendus Albergarius ..... conf.  
 Ego Johannes Bracharensis Archiepiscopus ..... conf.  
 Ego Pelagius Tuden epis. .... conf.  
 Ego Petrus Sarracenus ..... conf.  
 Ego Petrus Vermudi Archidiaconus ..... conf.  
 Ego Marina Bernardi roboro et ..... conf.  
 Ego Pelagius Galecus ..... conf.  
 Ego Gomiro Menedi ..... conf.  
 Ego Henricus Menendi ..... conf.  
 Ego Gonsalvus Men .....  
 Ego Martinus Menendi .....  
 Ego Henricus Menendi .....  
 Ego Gracia Menendi .....  
 Ego Menendus Gozendi .....  
 Ego Ordonius Passandi .....  
 Ego Goterre Lucidi .....

#### Pro testibus

Petrus ..... test.  
 Nuno ..... test.  
 Alfonsus ..... test.

Suarius presbiter notuit.



—

ANOTAÇÕES AO DOCUMENTO A.

Escaças são as noticias que se alcanção do Mendo Affonso de Reffoios de Lima neste Documento mencionado.

O *Livro velho das Linhagens*, (nas Provas da Hist. Ge-neal. da Caza Real, Tomo 1.º, pag. 194,) diz que Gontinha Paes da Silva, filha de D. Payo Goterres da Silva, casára em segundas nupcias com D. Mendo Affonso de Reffoios, que della tivéra Garcia Mendes.

O *Livro das Linhagens do Conde D. Pedro* falla (Edição de Roma, 1640, pag. 325 e 331,) de D. Mendo Affonso de Reffoios de Lima, *o que cegou el Rei D. Affonso I. de Portugal*; diz que fôra casado com D. Gontinha Pelaiz, (ou Paes,) e aponta sua descendencia.

Os Chronistas e antiquarios dos Conegos Regrantes nomêão-o por filho de Affonso Ansemondiz, a quem attribuem a fundição do Mosteiro de Reffoios de Lima. D. Nicoláu de Santa Maria diz que jaz sepultado na igreja nova do mencionado mosteiro, para onde fôra trasladado da parte de fóra da igreja velha, em 1582. O epitaphio de sua sepultura indica a Era de 1180 como o anno de sua morte; a esta data se oppoem D. Nicoláu, na fé de um apontamento escripto n'um Codice antiquissimo da Bibliotheca Manuscripta de Santa Cruz de Coimbra, e que falla de Mendo Affonso existente na Era de 1193. E' todavia evidente que esta objecção de nenhuma força é, attento não se declarar no citado apontamento a que Mendo Affonso se refere. Havião nesse tempo outros do mesmo nome em Portugal; v: g: Mendo Affonso de Santarem. (\*)

(\*) O Codice em que o apontamento mencionado por D. Nicoláu se acha exarado, existe hoje em dia na Bibliotheca Publica Portuense, onde tem a rubrica = N.º 23 =; tendo sido em Santa Cruz = N.º 4 =. Seu assumpto são Homelias sobre os Evangelhos, por varios autores sagrados, como S. Gregorio, S. Leão, S. Agostinho, S. Jeronimo, Beda, e Origenes (*catholicé correctus*). Este livro era usualmente denominado entre os Conegos de S. Cruz o *Livro Gothico*; ou pelos caracteres em que está escripto, ou porque *era a cathena dos Evangelhos que se lia no tempo dos Godos*. (D. Joseph de Christo, Introducção á 1.ª Parte das Chronicas de S. Cruz de Coimbra, [Bib. Pub. Port. N.º 99], a pag. 7.) A epocha em que fôra escripto é indicada no fecho final. =

Os dous livros de Linhagens, que atraz citamos, não mencionão os antecessores de Mendo Affonso; e ainda que no Documento B. se falla de Affonso Ansemondiz, não se allude a filhos seus senão no N.º 30 que, como já dissemos, é apocripho. D. Joseph de Christo, Conego regente, e antiquario mui accreditado, assim por seus conhecimentos como por sua veracidade, (\*) dando a Mendo Affonso por filho de Affonso Ansemondiz, aponta a possibilidade de ser este ultimo filho d'um Ansemon, mencionado n'um antigo pergaminho que em seu tempo existia no Mosteiro de Moreira, (ao pé do Porto), e continha uma Memoria de certos Godos que vierão de Galiza para entre Douro e Minho. Começava :

“Factus est colmelus iste in Era 914 quod venerunt de suo territorio in isto et fuit iste colmelus transladata de illo colmelo vetero

Explicit Liber Logicum in Era M. C. LXXVII, VII.º Kalendarum Novembris, Natale Sanctorum Crispini et Crispiniani. = ( Devêra ser 8.º Kalendarum &.<sup>a</sup>) Terminado o Livro segue-se o *Chronicon* que o douto Fr. Fortunato de S. Boaventura transcreveu a pag. 583 de sua obra = *Commentariorum de Alcobacensi Mstorum Bibliotheca* &.<sup>a</sup> =. Na pagina fronteira a este *Chronicon* se leem dous apontamentos, em letra franceza, d'um dos quaes nos appresenta D. Nicoláu a traducção. Como são d'algum interesse aquí os reproduzimos em sua integra :

“Era M. C. LXLIII. pridie Nonas Decembris Domnus Gunsaluus de Sausa, et Domnus Rodericus Alchide, et Domnus Gualteiro, et *Menendus Alfonsus*, et Gunsaluus de Costa, et Martinus Nuniz, et Petrus Venegas Maiordomo Colimbrie, et Fuas de Belfurado, omnes isti ad Sanctam Crucem venerunt numerare aurum regis et invenerunt ibi XX et VII milia morabitimos quos inde Domnus Gunsalvus de Sausa levavit. Qui presentes fuerunt de fratribus Domnus Johannes Teotoniz, et Petrus Liniol, et Petrus Omaur.”

“Era M. CC. VIII. septimo kalendarum Decembris Domnus Gunsalvus Venegas pretor Ulixbone, et Menendus Petri maiordomus curie regis, et Petrus Fergion scriba regis, et Petrus Amarelius prior de Guimarães, et Godinus Suariz, et Domnus Ero, et Bacarinus judeus, omnes isti venerunt ad Sanctam Crucem numerare omne aurum regis quod erat ibi. Et invenerunt illud totum integro numero, scilicet L milia morabitimos et III milia mozomodis, quos omnes inde tunc levaverunt ad Regem Domnum Afonsum ad Alcazova.”

(\*) Veja-se o Sr João Pedro Ribeiro (Observ. de Dipl. Port. pag. 81)



que tenet Domna Pala prolix Frajani et Adosinda quo do VII Chal, Feueay (*sic*) Era LXX super millesima.”

E no corpo do Documento, que D. Joseph de Christo transcreve por inteiro em seus *Miscellaneos* (Bib. Pub. Port. N.º 86), Parte 2.ª, pag. 412, se lê:

“De Egila Maurelo nati sunt Sisinorte primogenitus, Julia, Fonifredo Fidele, *Ansemondo*, Sanigo, et Saruili.”

Quando tratarmos dos N.ºs 28, 29 e 30 do Rotulo teremos mais alguma cousa a dizer sobre a genealogia de Mendo Affonso.

### ANOTAÇÕES AO DOCUMENTO B.

Fastidioso seria apontar ao leitor todas as passagens que deste documento se poderão adduzir em illustração do estado social do paiz nos tempos a que se refere, em esclarecimento da nomenclatura topographica daquella epocha comparada com a d'hoje em dia, ou d'outros pontos semelhantes. Limitar-nos-hemos pois a algumas curtas observações a maior parte de mera critica diplomatica.

[ N.º 1. Era 1152 ] Esta doação é citada pelo Snr. João Pedro Ribeiro em suas *Observações de Diplomatica Portugueza*, a pag. 27 e 129; em suas *Dissertações Chronologicas e Criticas*, Tomo 1.º, pag. 157, Tomo 2.º, pag. 107, e Tomo 3.º, Parte 1.ª, pag. 63. Em toda a serie dos Documentos do Rotulo que nos occupa, deve-se lembrar que sua unica authenticidade é a que resulta de sua antiguidade.

[ N.º 3. Era 1155 ] Citado nas *Dissert. Chron. e Crit.* Tomo 1.º, pag. 159, Tomo 3.º, Parte 1.ª, pag. 68.

[ N.º 13. Era 1170. ] e [ N.º 23. ] Quão numeroso fôra o contingente que Portugal forneceu ás Cruzadas póde concluir-se das muitas referencias a idas a Jerusalem que em nossos documentos antigos se encontram.

[ N.º 17. Era 1159. ] Este documento é citado no *Elucidario* do modo truncado seguinte:

“INFANTADIGO. Terra, ou cousa de Infançoens. *Qui fuit de Vimára et de Fernam Conde et de Infantadigo ..... ganavit de Miaia Goda, et de ipsos Condes totos, vel de Infansones.* [ Doc. de Refoios de Lima de 1121. ]”

A passagem em sua integra merece alguma ulterior consideração para a definição de *Condes* e *Infansoes*.

[ N.º 18. ] A circumstancia de serem Marina Vilulfiz e Pedro Luz *maiorinos* de Gundisalvus Truitesendiz, de Guimarães, corrobora a existencia dos maiorinos subordinados aos Governadores das terras.

[ N.º 20. Era 1168. ] *Dissert. Chron. e Crit*, Tomo 3.º, Parte 1.ª pag. 99, com uma pequena incorrecção na data, devendo ler-se: *VIII idus Januarii*, em vêz de *idus Januarii* simplesmente.

[ N.º 28, Era 1178; N.º 29, Era 1178; N.º 30, Era 1162. ] A simples inspecção destes tres documentos excita suspeitas de sua fabricação. A côr da tinta é muito mais pallida que a dos transumptos antecedentes; o talhe da letra evidentemente mais moderno; o systema d'abbreviaturas nelles seguido muito alheio do que se usava naquelles tempos. O Documento N.º 29 appresenta as cruzes dos doadores que raras vezes se reproduzião em copias; e o Documento N.º 30 appresenta evidentes signaes de que terminava por um signal publico semelhante ao do Documento N.º 20, e que depois de traçado se julgou conveniente apagar.

O mesmo estilo, tão differente do que se nota nos antecedentes, corrobora as suspeitas excitadas, que logo tomão vulto real quando se attenta nas incoherencias que os documentos encerrão.

O Snr. J. P. Ribeiro magistralmente demonstrou a falsidade destas fabricações do interesse temporal da Ordem Religiosa a que pertencerão. Apontando succintamente as razões do illustre diplomatico, accrescentaremos algumas circumstancias por nós notadas.

A ordem chronologica dos documentos é exactamente a inversa daquella em que se achão lançados.

O Documento N.º 30 é o primeiro em antiguidade E' datado de *IV Idus Novembris, Era M. C. LXII*. Em referencia a esta data observa o Snr. J. P. Ribeiro (*Diss. Chron. &c.* Tomo 3.º, Parte 1.ª, pag. 81), que na Era 1162 ainda não governava o Snr. D. Affonso Henriques, e quando se supponha o X aspado



( e portanto valendo 40, ) na Era 1192 usava já do titulo de Rei e não de Infante. Na Era 1162 nem era Arcebispo de Braga D. João , nem Bispo de Tui D. Paio.

Devemos mencionar que nas *Dissert.* ( lugar citado ) lê-se a assignatura do Cardeal Jacintho do modo seguinte : = “ Cardinalis etiam Romanus , Jacynthus nomine , qui tunc temporis aderat presens , laudavit , et *authoritate apostolica* firmavit. ” = As palavras *authoritate apostolica* se não achão no original , e talvez fossem reproduzidas na fé de D. Nicoláu de S. Maria, Parte 1.<sup>a</sup> pag. 304.

Note-se mais que sendo este documento transcripto por D. Nicoláu (logar citado) com diversas variantes ( v : g : *Geluires* por *Vilulfi* ) nelle achamos a palavra *Canonicis* interpolada em *omnibus sociis tuis* , a fim que a frase *omnibus Canonicis sociis tuis &c.* servisse aos Conegos Regrantes de victorioso argumento contra os Agostinhos Eremitanos , para provar a antecedencia da Regra Canonica em Portugal. Igual cuidado teve em introduzir a mesma palavra nos transumptos que nos dá dos Documentos N.º 28 e 29. Tal era sua boa fé , ou a de quem o informou ! O que esquecêra ao primeiro falsario repararão elles.

Observêmos agora a maneira como se ligou a materia da parte do Rotulo , a que chamaremos autographo , com as falsificações dos Cruzios.

Dos documentos N.º 1 até N.º 27 inclusivé concluimos a seguinte relação genealogica : —

IRMÃOS. *Vilulfo Ansemondiz* , casado com Marina Pelaiz , que talvez casou depois com Pedro Luz ; *Affonso Ansemondiz* ; *Tedon Ansemondiz* casado com Dona Pala ; *Telo Ansemondiz*.

FILHOS DE VILULFO ANSEMONDIZ. *Nuno Vilulfiz* , casado com Dordia Midiz ; *Menendo Vilulfiz* , casado com Maria Fagildiz ; *Didaco Vilulfiz* , casado com Maria Cendoniz.

No documento N.º 30 vemos : —

FILHOS DE AFFONSO ANSEMONDIZ. *Mendo Affonso* , *Maria Affonso* , e *Guduiira Affonso* , que desta sorte vem a ser primos em 1.º grão com *Nuno Vilulfiz* , de cujos bens a 1.<sup>a</sup> parte do Rotulo é um registo. Esqueceu ao falsario o indicado irmão de Mendo Affonso , Pedro , mencionado no Documento N.º 29 , nem se lembrou que o uso da palavra *nepos* na accepção de *sobrinho* era desusual naquelles tempos , e logo contradicta nestes mesmos tres documentos onde mais que uma vêz é usada no sentido de *neto*.

D. Nicoláu , a *Pedro Peres* Prior da Igreja de S. Maria de



Reffoios, julgou dever substituir *Pedro Mendes*, cuidando que desta maneira o aparentava de irmão com Mendo Affonso, e esquecendo-se que segundo a seguida derivação patronimica devêra ser *Pedro Affonso*.

O Doc. N.º 29, segundo em ordem, é datado "*Mense Junio, Era M. C. LXXVIII.*" A falsidade do Documento se colhe da consideração de ser aqui tratado por *Infante* o Snr. D. Affonso Henriques quando ja se tratava de *Rei*. Alguma duvida poderá haver em se julgar que esta doação se refere á do Doc. A. por esta fallar no Palacio de Reffoios que no Doc. A. não é mencionado.

A D. Nicoláu não quadrou que á mulher de Mendo Affonso se chamasse *Gemeina*; *Gontinhã* era-lhe mais conforme aos Nobiliarios.

O Documento N.º 28 é datado "*Mense Augusto, Era M. C. LXXVIII.*" E' falso a todas as luzes, diz o Snr. J. P. Ribeiro; (*Dissert. Chron. &ª*, Tomo 3.º, Parte 1.ª, pag. 120, e Tomo 1.º, pag. 58, nota (3) ); 1.º por não se achar o Snr. D. Affonso Henriques ainda casado com a Snr.ª D. Mafalda; 2.º por não ser então Pedro Bispo de Tuy, nem Mendo Bispo de Lamego, nem Odoario Bispo de Vizeu, nem João Bispo de Coimbra. Em todo o caso a data não se pode sustentar.

Menciona-se nesta Doação uma outra feita a Mendo Affonso e seu irmão Pedro Affonso, mui differente em suas clausulas da quella que lemos no Doc. A. Todavia se não houverão outros motivos para rejeitar o Doc. N.º 28 não seria esta circumstancia sufficiente para o reprovar, por ser mui possivel que posteriormente ao Doc. A, se fizesse a Mendo Affonso uma mais formal doação revestida de toda a authenticidade diplomatica. E' porem de admirar que em Junho se diga que o Condado de Reffoios fôra doado a Mendo Affonso, e em Agosto seguinte appareça seu irmão incluído na doação. Mas a mentira acha-se em constante contradicção comsigo mesma. D. Nicoláu excluiu o irmão em sua copia.

Os 3 documentos mencionados tem notados á margem no Rótulo original os seguintes titulos: N.º 28; = *Doação do Couto de Refoios N.º 2* =; N.º 29; = *Doação do Couto de Refoios N.º 3* =; N.º 30; = *N.º 4 Doação da Igreja do Mosteiro de Refoios.* = Todos elles appresentão algumas sublinhações por mão moderna nas datas e circumstancias chronologicas.

Nas Inquiriçoens do Snr. D. Affonso 3.º, *Era M. CC. LXLVI*,

*feria sexta, 26.º die Aprilis*, os Inquiridores dentre Minho e Cadavo virão carta porque ElRei D. Affonso I. cõutou o Mosteiro de Reffoios do Lima por padroens e divisoens a D. Mendo Affonso e seu Irmão: [ Extractado da Torre do Tombo — citação de D. Joseph de Christo; *Miscellanea*, Tomo 1.º parte 2.ª, pag. 398 ](\*).

Já que por varias vezes temos mencionãdo a D. Joseph de Christo, terminaremos com uma breve noticia das Obras que escreveu relativas á sua Congregação. Do que expendemos ver-se-ha que a *Bibliotheca Lusitana* necessita d'alguma rectificação a seu respeito, e notar-se-ha a injustiça com que outros aproveitando-se dos trabalhos de D. Joseph, a si arrogãrão toda a gloria e merecêrão toda a fama dos esforços alheios.

#### SOBRE AS OBRAS DE D. JOSEPH DE CHRISTO.

MISCELLANEOS. Dous Volumẽs. Nestes dous volumes lançou D. Joseph copias dos documentos e lembranças das couzas notaveis que encontrou nos diversos Cartorios da Ordem. Occupou-se mais de 20 annos neste trabalho. Quando foi mandado á Irlanda, em serviço da fé Catholica, deixou-os entregues a D. Nicoláu de Santa Maria, o qual na volta não lhe deu conta senão do Volume 1.º E' este o N.º 86 da Bib. Pub. Port. D. Joseph lastimava-se muito da perda do 2.º Volume, que continha, diz elle, o melhor dos Cartorios. O 1.º Volume é principalmente relativo a Santa Cruz de Coimbra; alguma cousa contém concernente a Moreira.

ESCALA DO CEO. O plano desta Obra era o seguinte: A 1.ª *Parte* deveria tractar dos 1.ºs Conegos regulares que vierão a Portugal no tempo dos Apostolos. (!)

A 2.ª *Parte* deveria ser dividida em outras tres. A 1.ª conteria a historia de Santa Cruz desde sua edificação até á morte do Padre S. Theotonio; a 2.ª desde o segundo Prior D. João Theotonio até á reedificação do templo; a 3.ª continuaria a historia até os dias de D. Joseph.

Desta Obra assim traçada não escreveu D. Joseph senão a 1.ª *Divisão da 2.ª Parte* que intitolou = *Fragmentos das Chronicas de Santa Cruz* &.ª, notando que embora fosse a 1.ª *parte da Chronica de Santa Cruz*, era a 2.ª em relação ás epocas anteriores. Este Volume é na Bib. Pub. Port. o N.º 99. Escreveu mais a 2.ª *Divisão da 2.ª parte*; este volume tambem lhe desencaminhou D. Nicoláu de Santa Maria.

O motivo porque deu o nome de *Ercada* a esta obra, é porque a escrevia por annos, e a cada anno chamava elle um *degráu na historia da perfeição religiosa*.

(\*) Talvez do Livro 4.º das Inq. de D. Affonso 3.º Vejão-se Mem. para a Hist. das Inq. pag. 42 e 43.



ANNAES DA ORDEM. Oito volumes de 1600 folhas de papel de duas meias folhas cada uma. Continhão os annaes da ordem, digestos em cada anno sobre si; em cada um dous Capitulos, um de historia da ordem, outro de historia secular, tendo cada anno no titulo da era e anno, os Imperadores, Pontífices, Reis, &c.<sup>a</sup> contemporaneos. Estes volumes referião-se em quanto a documentos ás paginas dos *Miscellaneos*. Estes volumes tambem lhe desencaminhou D. Nicoláu. D. Joseph diz que D. Nicoláu não viu cartorio algum, e nada mais podia dizer senão o que D. Joseph tinha notado. *Sic vos non vobis* &c.<sup>a</sup>

D. Joseph escreveu tambem *De Primatu Ecclesiæ Bracarensis*. Esta obra remetteu elle ao Arcebispo Dom Rodrigo da Cunha, que por lhe vir tarde ás mãos, não pôde aproveitar-se della senão na sua *Historia Ecclesiastica de Braga*.

---

RECTIFICAÇÃO. O “S. Miguel de *Fonte Auria*” mencionado varias vezes no Doc. B. é provavelmente “S. Miguel de *Fontoura*,” no termo de Valença do Minho. Veja-se *Nova Hist. da Ordem de Malta*, por José Anastasio de Figueiredo, Tomo 2.<sup>o</sup> pag. 77.

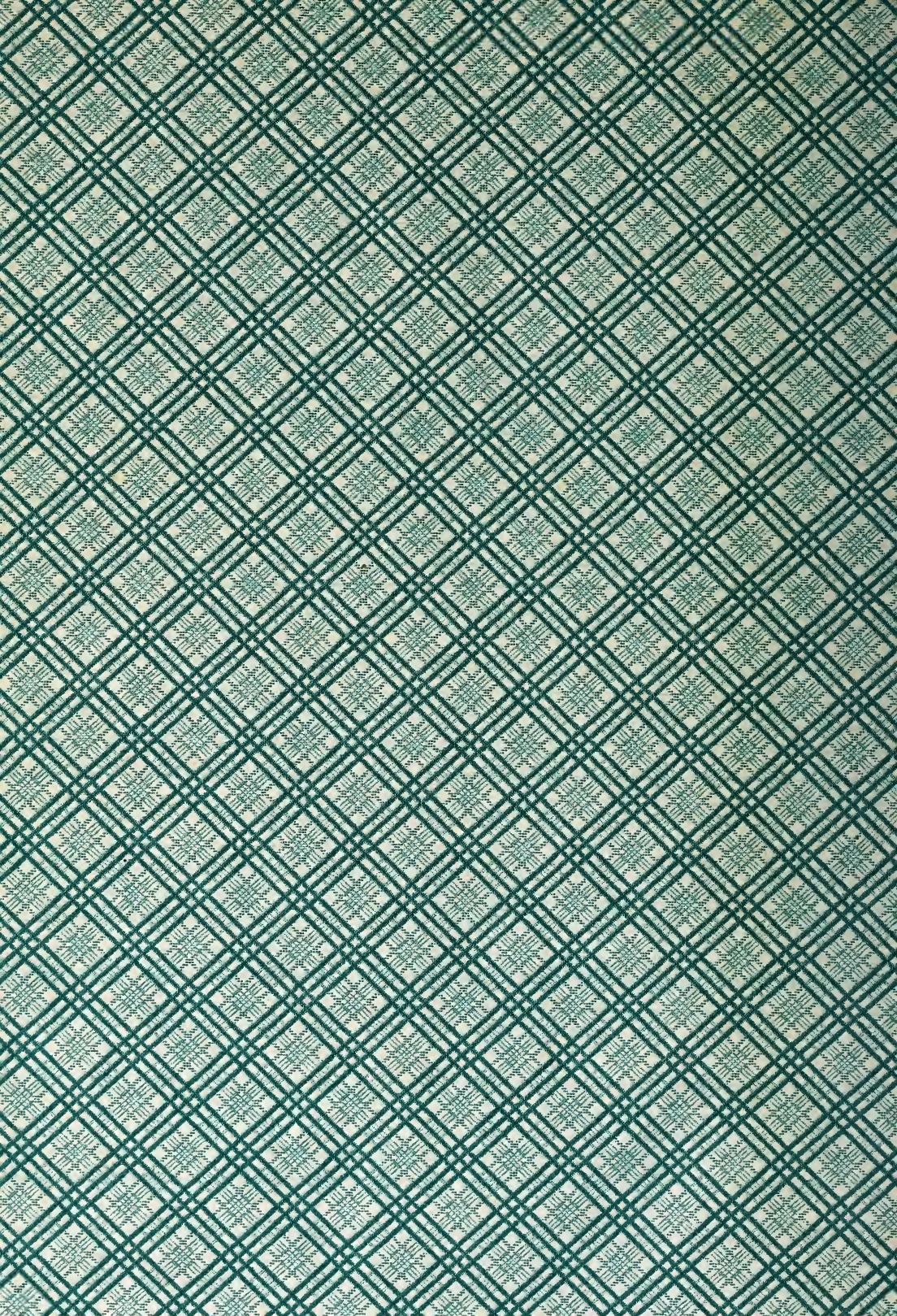
---

*Valdez.*













GETTY CENTER LIBRARY



3 3125 00031 3581



